INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

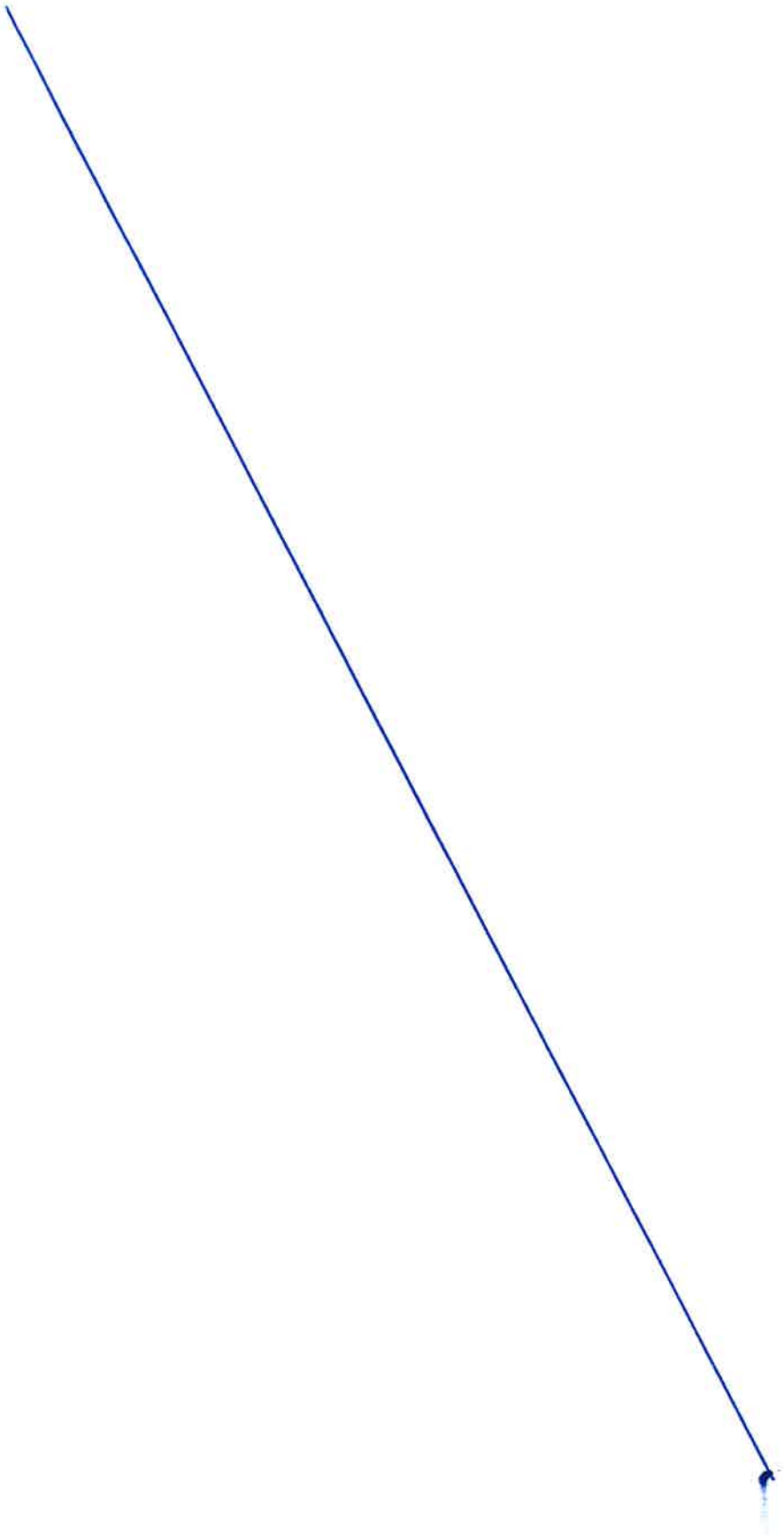
RELATÓRIO E CONTAS

2020

ÍNDICE

1.	–	Resumo da Atividade	Pag. 3
2.	–	Atividade dos Serviços	Pag. 4
2.1	–	Serviço de Ação Social (SAS)	Pag. 4
2.1.1	–	Atividades Recreativas e Culturais	Pag. 5
2.1.2	–	Acompanhamento psicológico	Pag. 7
2.2	–	Serviço de Apoio a Dependentes (SAD)	Pag. 7
2.2.1	–	Fisioterapia	Pag. 9
2.2.2	–	Farmácia	Pag. 10
2.3	–	Serviços Administrativos	Pag. 10
2.3.1	–	Secção de Sócios	Pag. 10
2.3.2	–	Secção de Recursos Humanos	Pag. 11
2.3.2.1	–	Formação de Trabalhadores	Pag. 13
2.3.2.2	–	Estágios em IC	Pag. 14
2.3.3	–	Secção de Património	Pag. 14
2.3.3.1	–	Arrendamentos	Pag. 14
2.3.3.2	–	Aquisições e Alienações	Pag. 16
2.3.3.3	–	Obras de Reabilitação do Património de rendimento	Pag. 16
2.3.3.4	–	Apoio Técnico ao Património	Pag. 18
2.3.4	–	Secretariado	Pag. 19
2.4	–	Creche	Pag. 20
2.5	–	Manutenção	Pag. 21
2.6	–	Informática	Pag. 23
3.	–	Considerações Sobre a Gestão	Pag. 25
4.	–	Resultado Económico-Financeiro	Pag. 26
5.	–	Propostas	Pag. 30

ANEXO - Como Tratámos a Pandemia Covid-19 na Associação Inválidos do Comércio



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

1 – Resumo da Atividade

Estimados Associados:
Em cumprimento das normas estatutárias, apresentamos o presente relatório e contas para deliberação dos nossos Associados. Tem como objetivo informar das principais iniciativas, realizações e atividades levadas a cabo no ano de 2020.
Importa desde logo salientar, a excecionalidade do ano em apreço face à pandemia que assolou o Mundo e o País e que, naturalmente, se refletiu também na nossa Instituição, pese embora a excelente resposta que se conseguiu alcançar.
O ano de 2020 ficará sem dúvida para sempre marcado por este flagelo e os efeitos, adversidades e exigências que trouxe a todos, particularmente aos idosos.
Sem dúvida, em particular, os Lares de terceira idade foram submetidos a um desafio sem precedentes, que felizmente está a ser superado com êxito e com esperança num futuro melhor.
A nossa Instituição soube estar à altura dos seus quase 92 anos de história, resistir e dar o melhor de si na pessoa de todos e de cada um, com um exemplar esforço dos nossos técnicos e trabalhadores.
Viveram-se momentos difíceis. Enfrentámos graves problemas mas todos souberam contribuir da melhor forma, chegando a esta fase com um balanço muito positivo na resposta à situação pandémica.
Na grandeza duma Instituição como a nossa, planeámos a resposta atempadamente. Fomos firmes nas medidas necessárias. Envolvemo-nos eficazmente e tivemos a dedicação, o empenho e resiliência dos nossos técnicos, trabalhadores e corpo clínico que, na sua esmagadora maioria, foram excecionais num momento de extrema exigência.
Quase tudo o que tínhamos planeado, antes da pandemia, teve de ser adaptado e refeito na resposta à Covid. De imediato, um rigoroso plano de contingência.
A adaptação de espaços a novas funções, como aconteceu, por exemplo, com a fisioterapia e o auditório, transformados em "enfermaria" Covid. Finalizar as estruturas "bungalows" e operacionalizá-las para alternativas de serviços e alojamento.
A deslocação de uma parte dos nossos Utentes para uma unidade hoteleira, que estava desativada desde o início da pandemia e aí permaneceram durante quase três meses.
Fizeram-se obras na entrada principal do edifício central, adaptações nos refeitórios e as refeições passaram a ser dadas nos quartos.
Procedeu-se a desinfeções e testagens, a par de todas as outras exigências que o bem-estar e segurança dos nossos Utentes nos impuseram.
Apesar de toda a situação pandémica e da resposta que se teve de dar, a Instituição não parou e, em alguns casos, aumentou mesmo a sua atividade, nomeadamente, nos Recursos Humanos, no Serviço de Apoio à Saúde, no Património de rendimento, na Manutenção, no Aprovisionamento, nos Serviços de Higienização e Limpeza e outros.
Outros serviços, não com menos esforço, adaptaram-se às novas exigências, como foi o caso da Fisioterapia e da Creche.
Neste período em apreço, além do cancelamento de visitas e da limitação de contatos, internos e externos, ao estritamente necessário, fomos ainda forçados a cancelar a

admissão de novos Utentes, com a exceção do ato solidário a que abrimos portas, acolhendo 27 Utentes forçados a sair da estrutura residencial Mansão de Marvila.
Concretizámos toda a remodelação da Farmácia quer em novas instalações, equipamento, quadro de pessoal, orgânica e forma de funcionamento.
Realizámos as obras de melhoria do refeitório central, de acesso a alguns edifícios e outros melhoramentos nas instalações.
Não foi possível iniciar a obra da 5ª fase. Não dependeu de nós. Mesmo admitindo que a pandemia tenha contribuído para algum atraso, não compreendemos que tenha passado mais um ano sem aprovação do projeto pela Câmara Municipal de Lisboa.
Reforçámos e adaptámos o nosso Quadro de Pessoal. Reformulámos tarefas. Aumentámos o salário dos trabalhadores. Nomeámos chefias em falta. Atribuímos prémios e estímulos ao trabalho. Os nossos Recursos Humanos souberam estar à altura das exigências que a situação nos criou.
No Património de rendimento, mantendo as matrizes definidas, procurámos estrategicamente responder ao momento. Intensificámos o acompanhamento à arrecadação de receitas. Fomos dialogando e encontrando soluções perante possíveis incumprimentos, que se revelaram com êxito.
A Creche teve de encerrar em vários momentos da pandemia com as consequentes reduções de mensalidades. Muitas das suas trabalhadoras, nesses períodos, integraram-se na resposta Covid da Instituição. Houve ocasiões em que a Creche acolheu filhos de trabalhadores de IC com idades até aos 12 anos, libertando os pais para as tarefas da Instituição.
O ano de 2020 foi um ano único e muito exigente em toda a vida de Inválidos do Comércio. Mesmo perante todos os desafios e a excecionalidade da situação, mantivemos uma gestão de rigor e exigência, quer nos principais objetivos, de bem-estar e qualidade de vida dos nossos Utentes, quer na ação dos nossos trabalhadores e na aquisição cuidadosa de bens e produtos que o momento exigia.
Mantivemos sempre uma ação solidária com outras Instituições e Entidades e um permanente diálogo com as Autoridades competentes, de quem sempre tivemos uma excecional colaboração, como sejam:

- A Câmara Municipal de Lisboa
- Dirigentes e Técnicos da Segurança Social e da A.R.S. de Lisboa e Vale do Tejo
- Companhia de Sapadores Bombeiros de Lisboa
- Junta de Freguesia do Lumiar
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Muitos Associados de IC e Voluntários

Vencemos em 2020 uma grande batalha que ainda não terminou.
Estamos confiantes que, unidos e determinados, continuaremos a garantir a qualidade e o crescimento desta Instituição.

2 – Atividade dos Serviços

2.1 - Serviço de Ação Social (SAS)

O ano de 2020 trouxe às valências de apoio a idosos, enormes desafios no que toca à defesa e proteção dos Utentes face à situação pandémica que se vive, bem como à

manutenção e continuidade das atividades habituais da Instituição, como as admissões de Utentes ou a realização de eventos recreativos e culturais grupais.

Viveram-se momentos de grande dureza e complexidade, que colocaram à prova Utentes, famílias e prestadores de cuidados e que em muito limitaram a vivência de mobilidade e partilha a que nos habituámos em Inválidos do Comércio.

Apesar das dificuldades referidas, assistiu-se a uma consciencialização, mobilização e resiliência por parte de todos, na assunção e cumprimento escrupuloso das medidas adotadas na prevenção da contaminação por Covid-19, com permanentes adaptações, de acordo com as orientações emanadas pelo governo.

Face a este cenário, e mediante o estabelecimento de um manual de procedimentos específico para admissões, registaram-se um total de 72 admissões no ano de 2020, das quais 29 homens e 43 senhoras, sendo a média de idades dos novos Utentes de 82 anos.
Destas admissões, 27 novos Utentes foram oriundos da Mansão Santa Maria de Marvila, numa resposta de Inválidos do Comércio a uma solicitação da Segurança Social, face ao encerramento daquele equipamento.

Em dezembro de 2020, mantínhamos uma frequência de 255 Utentes na ERPI, com uma média de idades de 83 anos, dos quais 70 homens e 185 senhoras. A frequência média ao longo do ano foi de 265 Utentes.

Registaram-se, em 2020, 88 óbitos na ERPI, 31 homens e 57 senhoras, tendo sido o tempo de permanência médio destes Utentes de cerca de 7 anos.
Houve 7 saídas voluntárias de Utentes que estiveram em média 18 meses em Inválidos do Comércio.

No que respeita à Ala Residencial José Manuel Dias, verificou-se uma frequência média de 39 Utentes, tendo sido realizadas 9 admissões. A média de idades ronda os 87 anos.

Registaram-se 9 óbitos na Ala Residencial José Manuel Dias e 1 saída voluntária, sendo o tempo de permanência médio destes residentes de 12 anos.

No decorrer do ano de 2020, foi ainda necessário criar uma equipa e um manual de procedimentos para a realização e acompanhamento das visitas aos Utentes, de acordo com as normas orientadoras da DGS. Neste contexto, realizaram-se 1415 visitas no período compreendido entre junho e novembro.

2.1.1 - Atividades Recreativas e Culturais

No âmbito do plano anual de atividades de Animação Sociocultural e tendo-se tratado de um ano atípico devido à pandemia por Covid-19, não foi possível concretizar a totalidade das atividades constantes do plano apresentado, tendo-se verificado a necessidade de adaptações permanentes de acordo com as condições institucionais e normas orientadoras das entidades de saúde.

Ainda assim, foram realizadas as atividades possíveis, num total de dez saídas ao exterior para destinos diversos (museus, quinta pedagógica, junta de freguesia do Lumiar, desfile de carnaval, etc...).

Paralelamente a estas saídas e cumprindo todas as normas de prevenção do contágio, para a época em causa, realizámos 15 dias de praia, atividade que muito satisfez os Utentes que manifestaram interesse.
No total foram efetuadas 12 atividades não previstas no plano anual de Animação Sociocultural.

Não obstante o contexto pandémico, a equipa de animação acompanhou sempre a população residente, embora de forma mais individual e setorizada.

Foram fornecidos aos Utentes vários materiais, com o intuito de promover a atividade cognitiva, sensorial e da motricidade fina, como sopas de letras, sudokus, pintura com legendas, lãs, etc, indo ao encontro das motivações e solicitações dos Utentes e favorecendo a ocupação do tempo durante o confinamento.

Com o intuito de estimular os hábitos de leitura, foi criada uma biblioteca ambulante, com a qual se percorreram todos os setores oferecendo livros e desafiando os Utentes para esta atividade.

Promoveu-se o apoio informático nos quartos, aos Utentes que o solicitaram, favorecendo o recurso às novas tecnologias e fomentando os contactos sociais através destes meios.

As atividades grupais realizadas foram organizadas sectorialmente, por forma a minimizar os contatos físicos, tendo sido possível concretizar bingo, sessões de informática, discos pedidos, canto coral, cinema e jogos de dinâmicas de grupos.

Foi possível comemorar os santos populares, com a habitual sardinhada e música, desta vez sem o baile ou outras atividades costumeiras dessa época, com o objetivo de minimizar a circulação de pessoas pelo espaço.

Concretizou-se um concurso de poesia, realizado ao ar livre e com o pretexto de dar as boas vindas à primavera.

De modo a poder assinalar e vivenciar o Natal, dadas as restrições, investiu-se na decoração do espaço exterior, nomeadamente o jardim central.

Apesar das limitações, o setor de animação considera ter investido na relação empática com a população utente num período em que as famílias e significativos não puderam estar tão presentes quanto desejado.

2.1.2 - Acompanhamento Psicológico

Num ano atípico para toda a comunidade institucional, que exigiu um reajustamento quase diário dos objetivos de intervenção, apelando à capacidade de resiliência e de autocontrolo de todos os intervenientes neste processo, os colaboradores e equipa técnica alargada foram avaliando o impacto emocional que o isolamento social exerceu sobre os residentes de IC. O Gabinete de Psicologia respondeu a 105 casos, dos quais 25 iniciaram no ano de 2020.

2.2 - Serviço de Apoio a Dependentes (SAD)

Como é natural, o serviço de apoio à saúde foi fortemente afetado pelas consequências da pandemia. Desde meados de março de 2020, aquando do primeiro caso de infeção em IC, foi necessário pôr em prática as medidas do plano de contingência, entretanto elaborado e permanentemente readaptado.
Viveram-se momentos difíceis, com problemas vários, em especial a falta de meios de proteção, que não possuíamos em quantidade suficiente e com dificuldade de aquisição por falta no mercado.
Foi necessário organizar o serviço para dar resposta a todas as solicitações.
Foi criada uma Comissão de Controlo de Higiene e Infeção (CCHI) que teve um papel fundamental na supervisão, controlo e prevenção da propagação do vírus.
Foram criados espaços Covid para acolher os residentes positivos que não careciam de cuidados hospitalares.
Todos os residentes assintomáticos e os sintomáticos ligeiros foram tratados nas nossas instalações.
A equipa multidisciplinar alargada aos dirigentes reuniu sempre que a situação o exigiu, no mínimo duas vezes por semana.
Durante os dois períodos mais críticos, que corresponderam a março, abril, maio e depois, dezembro, janeiro e fevereiro, foi necessário confinar os residentes nos respetivos setores ou nos quartos. Foram interditadas as saídas e entradas na Instituição, suspensas as consultas externas, exceto os casos de urgência, assim como as consultas médicas internas em ambulatório, para conter a propagação do vírus na Instituição.
Foram desenvolvidos esforços no sentido de melhorar a resposta dos serviços, nomeadamente, alimentação, cuidados de enfermagem, tratamento da roupa,

cuidados de imagem, encaminhamento e orientação através de uma equipa multidisciplinar a todos os níveis, desde órgãos sociais aos técnicos.
O corpo clínico desdobrou-se entre os espaços Covid e os restantes setores em consultas de urgência que aumentaram consideravelmente.
A equipa de enfermagem, apesar de ter perdido oito elementos que ficaram com dedicação exclusiva aos hospitais, conseguiu prestar os cuidados nas diversas Alas e minimizar as dificuldades sentidas pelos idosos mais fragilizados.
Foi decidida a interdição das visitas aos Utentes, sendo permitido, contudo, nos casos em que os Utentes estavam em fim de vida, receberem a visita de um familiar, sob a supervisão da equipa de enfermagem.

	2018	2019	2020
Acompanhamentos a consultas externas/tratamentos	1892	1942	1025
Utentes enviados à Urgência/internados no Hospital	408	422	365
Dias de internamento	1472	1826	1728
Consultas médicas	1418	1589	1136
Cuidados de enfermagem na Sala de Tratamentos	7922	5904	1613
Média anual de ocupação do SAD	89%	87%	83%
Média etária de Utentes do SAD	88	86	85
Óbitos	56	56	97

Dados estatísticos do SAD nos últimos 3 anos

No quadro acima verifica-se uma ligeira descida, comparado com o ano anterior, relativamente ao acompanhamento de Utentes ao exterior porque, além das consultas externas, prestam ainda um leque alargado de serviços de apoio a consultas privadas, exames auxiliares de diagnóstico e loja do cidadão, que devido à situação, não existiram.
O número de Utentes enviados à urgência, também ficou aquém dos anos anteriores, em grande parte por causa das consequências da Covid mas, sobretudo, porque integramos no final de 2019 um médico especialista em cuidados paliativos, que tem à sua responsabilidade o serviço de apoio a dependentes e tem procurado responder às situações passíveis de tratamento com os meios disponíveis na Instituição.
Mesmo durante os períodos mais difíceis foram enviados aos hospitais todos os Utentes que careciam de tratamento hospitalar, mas, em muitos casos, foi solicitado pelo hospital o tratamento nas nossas instalações.
As consultas efetuadas pelo médico do SAD não são registadas, por isso, não aparecem no quadro acima, o que explica parte da redução do número de consultas.
A sala de tratamentos foi encerrada no início do ano, os tratamentos passaram a ser realizados nos quartos e não ficaram registados, razão pela qual não é comparável com os anos anteriores.
Durante uma grande parte do ano não nos foi permitida a admissão de novos residentes, daí que a ocupação do SAD ficou aquém da sua capacidade.
Infelizmente neste ano de 2020 sofremos muitas perdas, mais do que o habitual, mas na sua maioria por outras causas não imputáveis à Covid.
Identificadas com essa doença foram 30. Contudo, foi inevitável, tendo em conta que os nossos residentes são muito idosos e maioritariamente com diversas patologias. No entanto, é sempre triste vê-los partir.

A equipa de apoio à saúde, enfermagem, clínicos, fisioterapeutas, psicóloga etc., foi o garante dos cuidados necessários a nível da saúde, aos nossos residentes. É reconhecido o exemplar esforço do nosso corpo clínico, técnicos e restantes trabalhadores, que, imbuídos do espírito de missão, souberam responder à situação.

2.2.1 - Fisioterapia

O serviço de fisioterapia de Inválidos do Comércio é composto por um grupo de profissionais especializados e qualificados constituído por duas fisioterapeutas, dois ajudantes de fisioterapia e um auxiliar de ação direta.

O ano de 2020, marcado pela pandemia de Covid-19, foi para todos um momento de grande aprendizagem e adaptação à nova realidade. Apesar das grandes dificuldades, readaptamo-nos para tentar minimizar o sofrimento dos nossos residentes.

A partir de março de 2020, foi necessário encerrar o ginásio/fisioterapia e reconvertê-lo num espaço Covid, para internamento dos Utentes infetados com Sars-CoV-2.

Com o encerramento, as fisioterapeutas colaboraram na implementação do espaço Covid, na elaboração dos regulamentos dos procedimentos para proteção e prevenção da doença, com base nas normas emanadas pela DGS.

Participaram em reuniões para delinear estratégias de combate à pandemia com a Delegada de Saúde e a sua equipa, Médicos Sem Fronteiras (MSF) e INEM.

Intensificaram a formação aos colaboradores. A formação conjunta, envolvendo as fisioterapeutas, os MSF e o INEM, foi sem dúvida uma mais-valia no ensino e sensibilização dos cuidados na prevenção da pandemia.

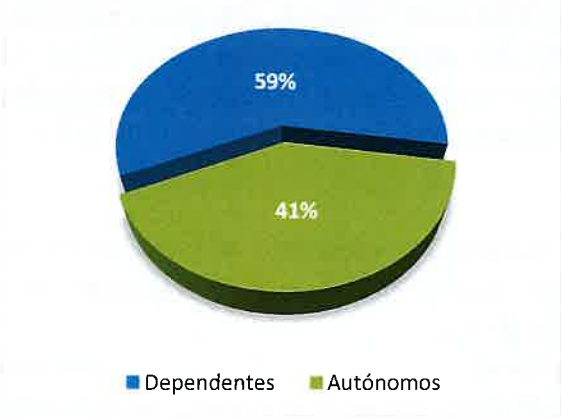
Em junho, readaptou-se o espaço do auditório para funcionar a fisioterapia, com nova organização do plano de intervenção, para uma resposta adequada, respeitando o distanciamento entre os residentes e a higienização dos equipamentos. O horário dos tratamentos foi reajustado por alas de residência, evitando o cruzamento dos residentes, com a frequência de duas vezes por semana.

A classe de movimento iniciada no final de 2019, realizada no Salão Alexandre Ferreira, como consequência da necessidade identificada, para abranger um número elevado de residentes, foi suspensa devido às medidas de controlo da pandemia.

Apesar das contingências, foi possível este serviço acompanhar 213 residentes das diversas Alas.

Alas	Nº de Utentes
SAD	52
ARC	27
JDF	35
AAS	29
JMD	24
AAC	18
PAC	28
Total	213

Gráfico 1: Número de Utentes por Alas



Grau de dependência		Nº Utentes
Dependentes		126
Autónomos		87
Total		213

Gráfico 2: Número de Utentes por grau de dependência

Durante o ano de 2020 foram efetuados 5.615 tratamentos com uma média mensal de 467 Utentes.

2.2.2 - Farmácia

A farmácia da Instituição foi, no ano de 2019, alvo de importantes investimentos, quer a nível de instalações, quer de equipamentos e de meios humanos.
Com a mudança para as novas instalações, foi necessário em 2020, proceder ao recrutamento e admissão de uma técnica licenciada em ciências farmacêuticas, para substituir a anterior e assumir a direção técnica da farmácia.
Esta técnica farmacêutica é a responsável pela organização e gestão dos medicamentos da quase totalidade dos Utentes e da própria equipa, que é composta por mais quatro técnicos auxiliares de farmácia.
Temos agora instalações adequadas às necessidades, bem equipadas, com condições de armazenamento de medicamentos individualizados por utente/residente, para que toda a medicação esteja segura e organizada, depois da entrada na farmácia na sequência de prescrição médica.
Foi melhorado o programa informático, adaptando-o às necessidades de gestão dos medicamentos, no que se refere ao controlo dos stocks, à facilidade de preparação e controlo dos blisters e da sua distribuição aos Utentes.
Continuámos a adaptar os procedimentos, com o objetivo de encontrar a forma mais adequada para melhorar a gestão/administração/toma da medicação, que se torna difícil devido ao elevado número de Utentes, às diversas patologias, à diversidade de medicamentos e de horas de administração e, até, às reações dos Utentes em relação à toma dos mesmos.

2.3 - Serviços Administrativos

2.3.1 - Secção de Sócios

Em 2020 continuámos a registar um decréscimo no número total dos nossos associados.
A pandemia veio, infelizmente, impossibilitar o desenvolvimento de ações planeadas para angariação de novos sócios, de forma a inverter a tendência de decréscimo que temos vindo a assistir nos últimos anos.
Assim, em 31 de dezembro de 2020, o número total de Sócios era de **8.202**.

Este ano registámos uma redução de 400 associados. Destes, cerca de 63% por desistência por dificuldades financeiras e outras e cerca de 37% por óbito.
Apesar de ser um ano especial, em 2020 registamos 196 novas inscrições.
É certo que existem hoje muitas alternativas concorrentes. Contudo, também acreditamos que a nossa Instituição proporciona aos nossos residentes, cuidados de saúde e bem-estar que não são possíveis na maioria da concorrência, além do excelente espaço ao ar livre que não é de menosprezar.
Desde setembro de 2020 ficou disponível o pagamento por multibanco cujas referências indicamos:

Entidade 21816
Referência 1000.....
Acresce à referência **o número de sócio**.

Relembramos que a nossa página na internet www.invalidos.org continua a possibilitar um melhor contacto com os Sócios e com todos os que revelem interesse por esta Associação.
Tem sido através deste sítio que temos recebido a grande maioria das novas inscrições de Associados.
Também a publicação de diversos documentos, como é exemplo a Newsletter de IC (com periodicidade mensal), tem contribuído para um maior conhecimento da atividade que se desenvolve em Inválidos do Comércio.
Esta Direção continua a apostar, por todos os meios ao seu alcance, na divulgação da Instituição, de forma a enaltecer o seu prestígio e bom nome para a conquista de novos Sócios, pois serão eles, como herdeiros desta Obra, os responsáveis pela sua continuidade e seus eventuais beneficiários.

2.3.2 - Secção de Recursos Humanos

A Seção de Recursos Humanos desenvolve atividades diversificadas, requerendo dos elementos que a integram uma grande organização e planeamento, para que a gestão do pessoal seja um fator de estabilidade dentro da Instituição.
Em contexto Covid-19 houve uma exigência completamente excecional, alterando todas as dinâmicas de Recursos Humanos.
O elevado absentismo por parte dos trabalhadores, motivado por diversas razões, nomeadamente, faltas por doença Covid-19, isolamento profilático, apoio extraordinário à família, entre outros, num total de 65446 horas/ano, tornou necessária a intervenção externa do "Plano de Emergência Covid-19". Este plano, articulado entre os diversos organismos oficiais, nomeadamente, a Segurança Social, Autoridades de Saúde Pública, Câmara Municipal de Lisboa e Cruz Vermelha Portuguesa, contribuiu para o reforço das equipas de pessoal, com a colocação de um total de 74 colaboradores, para colmatar a falta de trabalhadores na Instituição.

No recrutamento e seleção, quer interno quer externo, efetuaram-se cerca de 119 entrevistas. Salientamos a colaboração do Programa RedEmprega no apoio ao recrutamento.

As categorias com maior dificuldade em recrutar e selecionar, durante o ano de 2020, continuaram a ser: Trabalhadores Auxiliares e Enfermeiros. Contudo, também, se recrutaram Administrativos, Auxiliares de Farmácia e Ajudantes de Ação Educativa.

No que concerne à mobilidade dos Trabalhadores, registou-se uma elevada rotatividade, tendo ocorrido 96 admissões e 92 rescisões de contratos e/ou demissão, por reforma, por inadaptação à função ou por falta de condições pessoais para a execução do trabalho.

A reclassificação profissional requereu uma especial atenção procedendo-se à reclassificação de Trabalhadores Auxiliares em Ajudantes de Ação Direta.
Este processo constou de uma prova escrita de conhecimentos efetuada por todos os funcionários inscritos, tendo envolvido um total de 74.
A conclusão do processo de reclassificação só terminou no final de dezembro de 2020, estando previsto para janeiro de 2021 a concretização da alteração das categorias de Trabalhadores Auxiliares para Ajudantes de Ação Direta, num total de 43 funcionários.

Em 2020 procedeu-se à nomeação de 1 Ajudante de Ação Direta para Sub-encarregada.

Efetuou-se, ainda, a promoção de 1 Escriturário de 3ª para Escriturário de 2ª.

Manteve-se, neste ano, o mesmo Sistema de Avaliação de Desempenho dos anos anteriores, relativo ao ano de 2019, que decorreu nos meses de janeiro e fevereiro e fez-se o acompanhamento da eleição dos representantes dos Trabalhadores para integrar a Comissão Paritária.
Terminado o processo de preparação e distribuição das Fichas de Avaliação e de recolha e análise, passou-se à fase de atribuição do Prémio de Mérito, mediante critérios previamente definidos pela Direção e de acordo com o quadro seguinte:

Classificação	Prémio	Nº de Trabalhadores
Igual ou Superior a 4,5	500,00 €	63
Igual ou Superior a 3,6 e inferior a 4,50	350,00 €	132
Inferior a 3,6	00,00 €	26

Não foram avaliados os trabalhadores que tinham menos de seis meses de serviço em 31 de dezembro de 2019 e outros porque se encontravam de baixa médica prolongada ou de seguro.
Relativamente à revisão salarial aplicou-se um aumento de 2% e fixou-se o vencimento mínimo em 670 Euros, enquanto o salário mínimo nacional era de 635 Euros.

No âmbito jurídico, continuou-se a contar com o apoio dos nossos Advogados, quer em termos do Direito do Trabalho, em questões genéricas, quer de procedimentos de acompanhamento de inquéritos e em processos disciplinares movidos a trabalhadores, por diversas ocorrências, e acompanhamento de processos no Tribunal de Trabalho.
Também se verificaram, durante este período, fiscalizações da Segurança Social, da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e do Sindicato dos Trabalhadores para as Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

O Quadro de Pessoal, em 31/12/2020, integrava 303 Trabalhadores, incluindo efetivos ou com contrato a termo certo. Acresce a este número mais 18 a recibo verde/avença, num total de 321.
No ano de 2020, a Instituição contratou os Trabalhadores das empresas externas Manpower e Talenter, que tinham condições para continuar ao serviço depois do primeiro contrato e prescindimos da colaboração das mesmas, colmatando as necessidades devido a situações de doença (baixa da segurança social ou de baixa de seguro), reformas, condicionalismos da Segurança Social, salvaguardando a qualidade de prestação de cuidados aos Utentes.
Durante este ano realizaram-se 184 consultas de Medicina no Trabalho e 157 de Medicina Curativa.
A distribuição dos trabalhadores do Quadro de Pessoal por valências é a seguinte: ERPI 261; Residências Vitalícias 27 e Creche 15.
A análise destes números permite-nos aferir que durante o Ano 2020 continuou o aumento do número de Trabalhadores em Inválidos do Comércio, assim como o aumento considerável da atividade, que levou a um esforço acrescido dos 3 elementos da Secção de Recursos Humanos em volume trabalho e horas trabalhadas.

2.3.2.1 - Formação de Trabalhadores

Elaborou-se um Plano de Formação, procurando aprofundar os temas mais vocacionados para o desenvolvimento das competências que propiciassem o bem-estar dos Utentes, através de ações formativas relacionadas com: "A Atitude Perante o Idoso Institucionalizado", "Higiene Pessoal", "Cuidados no Vestuário e Imagem", "Alimentação e Nutrição", "Medicação", "Transtornos do Comportamento", "Cuidados à Pessoa Idosa com Diabetes" entre outros.

Desenvolveram-se ações na área da Informática: "Iniciação ao Uso dos Computadores", "Iniciação aos Produtos do Office"; na área legislativa, "Legislação Laboral Atualizada", "Código de Contas e Normas Contabilísticas"; "Novo Quadro Legal de Gestão de Recursos Humanos em Período de Pandemia"; "Encerramento Anual de Contas".

Com a pandemia, a formação dos Trabalhadores, com o objetivo de melhorar as capacidades profissionais, otimizar o seu desempenho, desenvolver os comportamentos e atitudes que lhes permitam ter maior eficiência e eficácia e proporcionar-lhes o seu desenvolvimento enquanto pessoas, ficou suspensa a meio do ano, apostando-se na formação dos procedimentos de controlo de infeção e higienização.

Desenvolveram-se ações na área da temática Covid-19: "Limpeza e Descontaminação em ERPI"; "Covid-19 Procedimentos de Controlo de Infeção"; "Uniformização dos Procedimentos Covid", entre outos.

Toda esta atividade formativa envolveu um total de 849 formandos, 92 ações de formação e 1978 horas.

2.3.2.2 - Estágios em IC

ESTÁGIOS EFETUADOS DURANTE O ANO DE 2020

NOME ESTABELECIMENTO	MÓDULO	DATA	Nº ALUNOS	Nº HORAS	Nº TOTAL HORAS
Escola Superior Enfermagem Lisboa - ERASMUS	3º Ano 2º Semestre	07/jan/20 a 06/fev/20	2	25 H semanais	125
Escola Superior Enfermagem Lisboa - ERASMUS	3º Ano 2º Semestre	27/fev/20 a 31/mar/20	2	25 H semanais	125
Escola Superior Enfermagem Lisboa	4º Ano 1º Semestre	19/out/20 a 20/nov/20	2	30 H semanais	180
Escola Superior Enfermagem S. Francisco das Misericórdias	2º Ano 3º Semestre	09-dez/20 a 29/jan/21	2	33 H semanais	198
Escola Superior Enfermagem Lisboa	4º Ano 1º Semestre	24/nov/20 a 17/jan/21	1	25 H semanais	152
		TOTAL:	**9**		**780**

2.3.3 - Secção de Património

Neste ano atípico de 2020 também o desempenho da Seção do Património foi afetado pela pandemia, traduzindo-se num abrandamento da evolução positiva dos últimos anos. Destacamos a seguir algumas das ações levadas a cabo:

2.3.3.1 - Arrendamentos

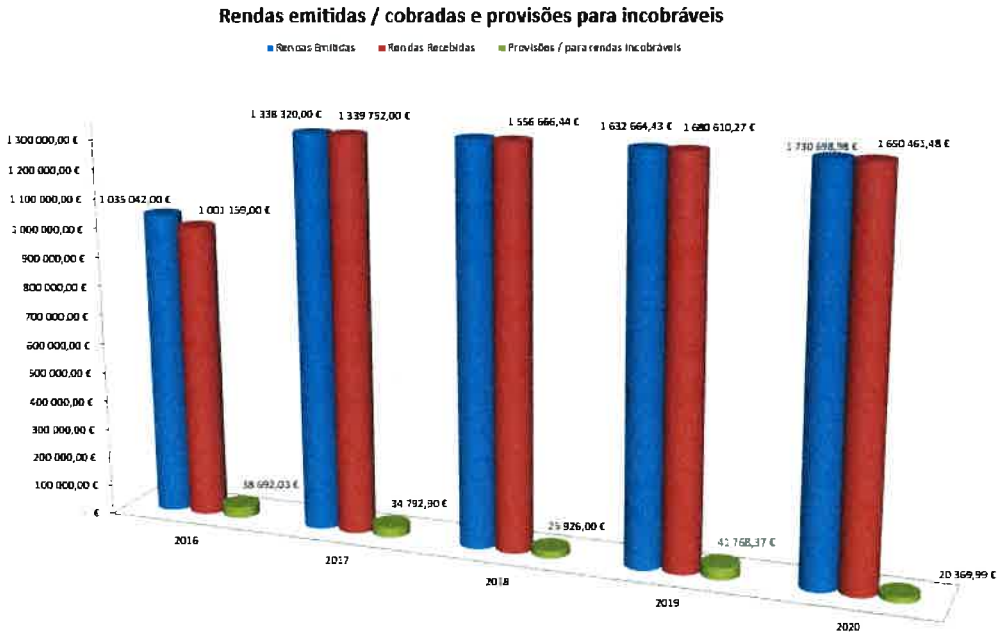
- Continuámos com o plano de atualização das rendas, analisando os contratos celebrados após o ano de 1993 e fazendo oposição à sua renovação, ao abrigo da legislação em vigor.
- Celebrámos 31 novos contratos de arrendamento que originaram um aumento mensal do valor total das rendas dos imóveis, a que se referem estes contratos, de 5.781,59 Euros.
- Continuámos com o plano de vistorias aos imóveis arrendados a fim de se detetar eventuais irregularidades na sua ocupação. Assim, foram efetuadas 58 vistorias, tendo-se constatado que 5 frações estavam a ser ilegalmente ocupadas, o que levou à sua desocupação e posterior colocação no mercado de arrendamento.
- Continuámos com o controlo sistemático do pagamento das rendas, apesar da possibilidade de diferimento do prazo de pagamento das que se referem aos contratos comerciais, ao abrigo da legislação excecional em vigor, relacionada com o estado de emergência.
- Foram recebidos pedidos de 16 inquilinos, uns para diferimento do prazo de pagamento de rendas, outros para isenção de pagamento durante os meses do estado de emergência ou para redução do seu valor em 50% e outros para cancelamento dos contratos. A resposta a estes pedidos foi dada com o apoio do

Gabinete Jurídico, tendo-se aplicado a legislação excecional em vigor para o mercado de arrendamento durante o estado de emergência.

- O valor total das rendas emitidas foi de 1.730.698,98 Euros, correspondendo a um aumento de cerca de 6% em relação ao ano anterior. No entanto, as rendas não cobradas atingiram o valor de 141.584,09 Euros, praticamente o dobro do ano de 2019.

No quadro e no gráfico seguinte mostra-se a evolução das rendas emitidas e recebidas nos últimos cinco anos, com as provisões para rendas incobráveis, que incluem valores acumulados de anos anteriores.

Anos	Total de rendas		Provisões / para rendas incobráveis
	Emitidas	Recebidas	
2016	1 035 042,00 €	1 001 159,00 €	38 692,03 €
2017	1 338 320,00 €	1 339 752,00 €	34 792,90 €
2018	1 558 699,00 €	1 556 666,44 €	25 926,00 €
2019	1 632 664,43 €	1 680 610,27 €	41 768,37 €
2020	1 730 698,98 €	1 650 461,48 €	20 369,99 €



2.3.3.2 - Aquisições e Alienações

No ano de 2020 não se efetuaram aquisições e procedeu-se à alienação de duas vivendas unifamiliares cujo estado de profunda degradação implicaria um investimento demasiado elevado para a sua reabilitação:

- Vivenda Maria, sita na Serventia da Reboleira, Amadora, pelo valor de 60.000 Euros;
- Vivenda sita na Rua Arquiteto Cottinelli Telmo, 317, no Murtal – Parede, pelo valor de 200.000 Euros.

2.3.3.3 - Obras de reabilitação do património de rendimento

Com fundos de IC foram realizadas obras de reabilitação e manutenção em 20 imóveis, no valor de 183.927,78 Euros, em que 66% deste valor se refere à conclusão de grandes obras de reabilitação dos prédios sitos na Rua D. Afonso Henriques, nº 1, em Torres Vedras e na Rua Luís de Camões, nº 69, em Lisboa e também ao início de obras profundas no edifício sito na Praça de Londres, nº 12, em Lisboa.

Referem-se a seguir os prédios que sofreram grandes obras de reabilitação:

i. **Rua Luís de Camões, n.º 69, em Algés**

- Reabilitação da fachada principal e de tardoz;
- Substituição do telhado existente, incluindo um novo vigamento de madeira e telhas cerâmicas novas;
- Impermeabilização das palas das varandas/marquises, caleiras, guarda fogos e dos encontros entre a claraboia e as telhas;
- Reabilitação da claraboia;
- Substituição da porta de entrada do prédio, incluindo novas caixas de correio;
- Reabilitação da porta de acesso ao logradouro comum;
- Restauro da instalação elétrica da coluna do prédio;
- Substituição da botoneira de campainhas;
- Reabilitação das paredes e tetos da caixa de escada de serviço;
- Reparação pontual de tetos e paredes em algumas divisões das frações do prédio.

Rua Luís de Camões, n.º 69, em Algés

Antes **Depois**

ii. Rua D. Afonso Henriques, nº 1, em Torres Vedras

- Substituição do telhado, incluindo a aplicação de subtelha e a impermeabilização das caleiras e dos encontros com as telhas;
- Aplicação de uma nova pintura em todas as fachadas do prédio;
- Substituição das infraestruturas de água, esgotos, eletricidade e telecomunicações nas zonas comuns e nas frações livres;
- Saneamento e pintura de paredes e tetos nas zonas comuns e nas frações;
- Substituição da caixilharia das janelas das frações, incluindo a montagem de novos estores;
- Aplicação de novos revestimentos cerâmicos nas paredes e nos pavimentos das instalações sanitárias e cozinhas das frações;
- Instalação de novas loiças sanitárias, novos armários e eletrodomésticos nas cozinhas;
- Substituição do pavimento em madeira por pavimento flutuante nas frações;
- Substituição dos ramais de esgoto e pluvial do parqueamento;
- Substituição do portão do parqueamento.

Rua D. Afonso Henriques nº1, em Torres Vedras

Antes **Depois**

2.3.3.4 - Apoio Técnico ao Património

À semelhança do ano de 2019, o Setor do Património desenvolveu atividades que exigem um acompanhamento técnico especializado, para responder às exigências com que a IC-IPSS se depara diariamente, ou para garantir o cumprimento dos contratos, nomeadamente das obras de requalificação de edifícios.

Assim, no ano 2020, foram executadas as seguintes atividades:

- Análise do projeto e acompanhamento dos trâmites para licenciamento da 5.ª Fase pela Câmara Municipal de Lisboa;
- Revisão e entrega das peças do projeto de execução da empreitada de Conceção e Construção do Muro Exterior da CRAF para licenciamento na Câmara Municipal de Lisboa;
- Condução do concurso para adjudicação, acompanhamento e fiscalização da obra de Relocalização Temporária do Bar;
- Acompanhamento e fiscalização da empreitada de Construção de Bungalows Pré-fabricados, infraestruturas e arranjos exteriores;

- Apoio na candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3ª Geração;
- Gestão e acompanhamento do projeto de execução para construção do refeitório temporário de apoio à Ala Ricardo Covões e candidatura ao Fundo de Emergência Social de Lisboa.
- Acompanhamento e fiscalização da obra de requalificação e restauro do prédio da Rua Luís de Camões 69, em Algés, Lisboa;
- Acompanhamento e fiscalização da empreitada de reabilitação de frações e partes comuns, na Rua D. Afonso Henriques nº. 1, em Torres Vedras;
- Lançamento do concurso e seleção da proposta economicamente mais vantajosa para a execução de diversos trabalhos de substituição de infraestruturas de águas, do edifício sito na Estrada Nacional nº 8, na Malveira, não previstas no concurso anterior;
- Gestão e acompanhamento do processo de licenciamento das infraestruturas elétricas dos espaços comuns dos edifícios na Rua Casal Monte Leite n.º 25 – Malveira e Rua D. Afonso Henriques n.º 1 – Torres Vedras, na EDP Distribuição;
- Lançamento do concurso de ajuste direto, seleção da proposta economicamente mais vantajosa, acompanhamento e fiscalização da empreitada de reabilitação do telhado, fachadas, arrecadações, muros e apartamentos com infiltrações, no edifício da Praça de Londres n.º 12, e nos apartamentos afetados da Av. Guerra Junqueiro n.º 30 em Lisboa;
- Acompanhamento e fiscalização da intervenção urgente de substituição da rede de esgotos domésticos, substituição da rede de abastecimento de água e de substituição da claraboia na Rua de São Lázaro n.º 144, em Lisboa;
- Acompanhamento da intervenção urgente de substituição do coletor principal de esgotos dos terraços das frações r/c, porta 3 e nas caves esquerda e direita, porta 4, com impermeabilização do pavimento dos terraços na Rua Heróis Quionga n.º 9, em Lisboa.

2.3.4 - Secretariado

O Secretariado prestou apoio direto à Direção de IC, nomeadamente nas tarefas administrativas e de expediente diário e aos restantes membros dos Órgãos Sociais, sempre que solicitado.

Deu apoio a outras tarefas das quais se destacam:

- Uma Assembleia Geral Ordinária, 5 Reuniões do Conselho Fiscal e 31 Reuniões de Direção.
- Tratou do movimento do correio, nomeadamente a expedição de 21.994 cartas, o registo e receção de 4.278. A estas tarefas acresce o correio eletrónico interno e externo que diariamente é tratado nesta Seção.
- Deu apoio ao controle da frota automóvel que em 2020 percorreu 148.862 km.
- Encarregou-se do registo das refeições servidas nas instalações de Inválidos do Comércio, tendo registado em 2020 um total de almoços e jantares de 286.423, e de pequenos-almoços, lanches e ceias de 321.111, o que totaliza 607.534 refeições.

- Não incluída nos números anteriores, na Creche João Katz, foram servidos 9.737 almoços e 9.434 lanches, num total de 19.171 refeições.

2.4 - Creche

Em setembro de 2020 foram preenchidas 74 vagas ficando por preencher 3 nas salas de berçário e 2 nas salas de 2 anos.

As duas salas de 1 ano ficaram preenchidas ficando ainda em lista de espera 9 inscrições.

Do total de 74 Utentes, 32 iniciaram frequência em setembro, dos quais 14 crianças de berçário, 12 das salas de 1 ano e 6 das salas de 2 anos.

A situação de pandemia, devido ao SARS-COV-2, as múltiplas restrições e o cumprimento das medidas aconselhadas pela DGS, foram fatores condicionantes para a redução da procura da Creche e, por conseguinte, a dificuldade no preenchimento de vagas.

Todas as crianças iniciaram a frequência em setembro, à exceção de 4 de berçário que, por opção dos encarregados de educação, iniciaram em outubro e 2 em janeiro de 2021.

No período de seleção das candidaturas foram cuidadosamente respeitados os critérios de admissão, destacando-se o de residência na área geográfica como mais frequente.

Para a realização do Plano Anual de Atividades (PAA) contou-se, mais uma vez, com a colaboração e cooperação de todos os elementos da equipa da Creche. Contemplaram-se sobretudo atividades alusivas a festividades do ano e à relação/cooperação Creche/Família. Tendo em conta a incerteza que a pandemia se manteria, suspenderam-se atividades que envolvessem contactos físicos entre Utentes da creche e Utentes do lar, bem como se suspenderam as atividades exteriores (teatros e museus), a atividade de piscina (insuflável), durante o mês de junho e as reuniões gerais com os Encarregados de Educação.

Em alternativa às reuniões presenciais foram sugeridas reuniões através das plataformas informáticas TEAMS e ZOOM, para o início e final do ano letivo, com o objetivo de manter o contacto assíduo com as famílias, mantendo produtiva a relação Creche/Família/Direção.

Nestas reuniões, a apresentação de vídeos e passagem de informação através de imagens do dia-a-dia das crianças, continuam a ser fundamentais, tendo como objetivo sensibilizar os Encarregados de Educação para a compreensão do trabalho pedagógico efetuado na Creche.

O encerramento e reabertura da Creche, decretado pelo Governo, geraram algumas dificuldades na aceitação de procedimentos a respeitar, sobretudo em relação às comparticipações familiares. No entanto, o ambiente Creche/Família foi, em geral, bastante saudável e harmonioso.

Apesar das dificuldades sentidas, a Creche continuou a ter boa imagem pública e continuamos determinados em manter o rigor e qualidade para satisfação dos Utentes, famílias, equipa, Direção e população em geral.

2.5 - Manutenção

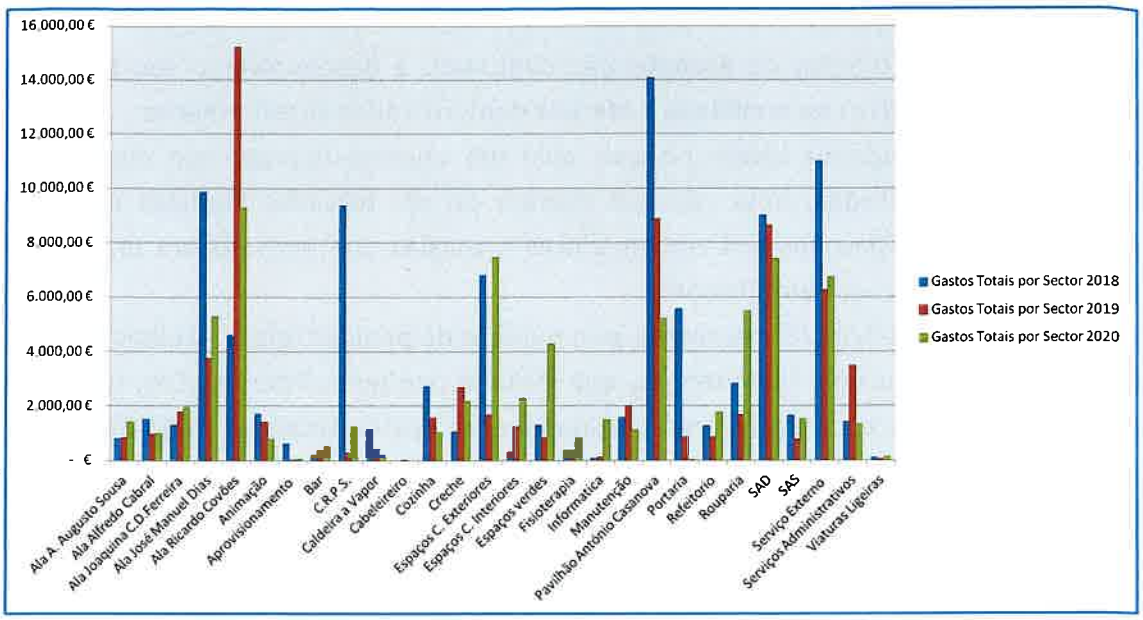
No ano de 2020, o Setor da Manutenção continuou a desenvolver o seu trabalho, mantendo os objetivos na qualidade e eficácia demonstrados anteriormente.

A situação de pandemia vivida no país teve um enorme impacto em muitos dos trabalhos desenvolvidos, uma vez que tiveram de ser tomadas medidas extremas como, horários desfasados dos trabalhadores e escalas que permitissem um menor contato nos espaços comuns do setor.

No quadro "Análise Triénio" apresenta-se o número de pedidos feitos – Folhas de Obra (FO) – e executados pela Manutenção, que incluem pequenas intervenções, trabalhos de média duração e de maior complexidade e os custos totais de mão-de-obra e materiais, por setores.

No gráfico, reforça-se a demonstração do peso das FO em cada setor e nos últimos três anos.

Análise Triénio						
Sector	Total FO por Sector 2018	Gastos Totais por Sector 2018	Total FO por Sector 2019	Gastos Totais por Sector 2019	Total FO por Sector 2020	Gastos Totais por Sector 2020
Ala A. Augusto Sousa	93	809,35 €	82	842,03 €	118	1.410,42 €
Ala Alfredo Cabral	106	1.508,65 €	92	966,02 €	94	1.014,83 €
Ala Joaquina C.D.Ferreira	112	1.300,05 €	129	1.790,25 €	135	1.969,69 €
Ala José Manuel Dias	286	9.863,93 €	260	3.767,59 €	208	5.281,10 €
Ala Ricardo Covões	162	4.572,22 €	167	15.227,22 €	163	9.298,89 €
Animação	44	1.723,37 €	35	1.399,68 €	18	792,53 €
Aprovisionamento	12	616,18 €	5	35,74 €	3	42,40 €
Bar	26	208,59 €	34	382,61 €	13	508,98 €
C.R.P.S.	10	9.355,88 €	8	292,44 €	5	1.252,80 €
Caldeira a Vapor	10	1.167,86 €	8	442,58 €	7	223,64 €
Cabeleireiro	0	- €	1	2,57 €	0	- €
Cozinha	51	2.718,32 €	46	1.568,26 €	34	1.023,78 €
Creche	41	1.046,77 €	52	2.694,12 €	35	2.168,67 €
Espaços C. Exteriores	37	6.801,00 €	31	1.693,91 €	46	7.457,75 €
Espaços C. Interiores	18	329,67 €	30	1.240,80 €	45	2.272,01 €
Espaços verdes	32	1.309,03 €	19	839,27 €	18	4.278,95 €
Fisioterapia	17	393,46 €	15	414,07 €	21	844,07 €
Informatica	3	73,33 €	5	139,93 €	8	1.499,86 €
Manutenção	49	1.576,98 €	51	2.022,02 €	34	1.108,55 €
Pavilhão António Casanova	238	14.091,13 €	229	8.878,04 €	182	5.206,56 €
Portaria	11	5.553,65 €	17	869,73 €	6	24,17 €
Refeitorio	35	1.264,45 €	52	877,77 €	31	1.777,63 €
Rouparia	83	2.818,05 €	91	1.697,21 €	87	5.460,00 €
SAD	342	9.006,02 €	270	8.630,01 €	173	7.411,84 €
SAS	21	1.664,02 €	33	783,43 €	30	1.516,64 €
Serviço Externo	87	10.997,63 €	51	6.254,98 €	40	6.729,43 €
Serviços Administrativos	62	1.402,69 €	53	3.471,73 €	22	1.324,32 €
Viaturas Ligeiras	6	97,54 €	4	41,46 €	6	118,63 €
Total	**1994**	**92.269,82 €**	**1870**	**67.265,47 €**	**1582**	**72.018,14 €**
Média Mensal	166,2	7.689,15 €	155,8	5.605,46 €	131,8	6.001,51 €



Voltou-se, em 2020, a dar uma especial atenção à melhoria das acessibilidades aos diversos edifícios, umas de pormenor, outras essenciais, como é o caso das portas automáticas. Continuou-se a remodelação de quartos em diferentes setores, que incluíram remodelação total, abrangendo substituição do pavimento, instalação elétrica e recuperação de paredes e pintura.

Neste caso foram abrangidos:

- Quartos 34, 45 e 46 da Ala Ricardo Covões
- Quarto 617 da ala Alfredo Cabral
- Gabinete de psicologia

Com intervenção menor, onde não foi substituído o pavimento:

- Quartos 606, 608, 613 da Ala José Manuel Dias
- Quartos 6, 8 e 27 do SAD

Outras intervenções:

- Transformação de WC de visitas em WC de duches assistidos na Ala José Manuel Dias
- Substituição total de teto por um teto falso no quarto 38 da Ala Joaquina Costa Dias Ferreira
- Pintura total da Rouparia
- Substituição de cerca de 50% da canalização de AQS da Ala José Manuel Dias
- Recuperação de rebocos e pintura da passagem coberta entre o Pavilhão António Casanova e o Bar
- Execução de sistema de rega automática para os espaços verdes dos Bungalows
- Recuperação e pintura de cerca de 40% do corredor da Ala Ricardo Covões

Com supervisão do Setor de Manutenção, mas adjudicados a empresas externas:

- Instalação de portas automáticas no Pavilhão, no SAD, no SAS, na Fisioterapia e na sala Júlio Silva

- Colocação de pavimento em material vinílico em todo o Refeitório Principal e substituição dos equipamentos da linha de self-service do mesmo.

Os efetivos do Setor da Manutenção em 31 de dezembro de 2020 eram: 1 coordenador de setor; 2 Sub-Encarregados, 1 chefe de equipa; 1 eletricista; 2 pintores; 1 pedreiro; 1 serralheiro mecânico; 1 carpinteiro; 3 jardineiros; 3 motoristas; 2 porteiros e uma administrativa a tempo parcial, totalizando 19 elementos.

A frota de viaturas, que não sofreu alteração em 2020, é composta por: 1 ambulância; 2 ligeiros de passageiros de 9 lugares com possibilidade de transportar Utentes em cadeira de rodas; 1 ligeiro de 9 lugares já com 20 anos; 1 ligeiro de mercadorias de 3 lugares mais afeto aos trabalhos executados pelo setor nos imóveis de rendimento; 1 viatura de 3500kg de caixa aberta; 1 viatura de 3 lugares com 20 anos para serviços internos na CRAF e 1 ligeiro de passageiros para uso da Direção.

2.6 - Informática

O Setor de Informática continuou a manter o apoio aos utilizadores, a modernizar-se e a evoluir. Em 2020 foi feito um investimento significativo na reestruturação completa da rede informática da Instituição, de modo a melhorar a segurança e a garantir acesso mais rápido dos serviços dependentes da Internet, bem como, passar a dispor de rede WIFI com qualidade em toda a Instituição. Temos agora duas redes internas distintas; a institucional com contrato de prestação de serviços com caraterísticas profissionais e a rede pública para utilização pelos Utentes, pelos trabalhadores e pelas visitas. Os equipamentos de segurança e controlo instalados permitem a monitorização completa da utilização das duas redes.

A par desta melhoria continuou-se, também, a atualização de software e, de forma faseada, a melhoria da capacidade de cálculo dos computadores, garantindo a sua adequação às exigências de cada posto de trabalho.

A equipa responsável pelo Setor de Informática é constituída por dois técnicos.

O parque informático de IC é constituído por:

02 Servidores, 123 Microcomputadores e 16 Impressoras;
14 Câmaras + Videogravador;
02 Relógios de ponto;
20 Access Points (redes institucional e pública);
20 Switch de rede (14 com gestão);
01 Firewall.

A operação e manutenção destes equipamentos implicam as seguintes tarefas gerais e permanentes:

Otimização de recursos (Hardware/Software);
Gestão e monitorização de rede e dos utilizadores;
Manutenção de e-mails e do alojamento destes;
Verificação do funcionamento do sistema de videovigilância.
Verificação dos sistemas de cópia de segurança.
Apoio aos utilizadores.

Assistências

As assistências ao conjunto de sistemas informáticos ou similares incluíram:

a. Remotas: 234 num total de 82 horas.
Apoio remoto a todos os utilizadores para resolução de problemas e/ou esclarecimento de dúvidas relativas a todas as plataformas utilizadas.

b. Presenciais: 169 num total de 90 horas.
Tempo médio de resposta e resolução de 3h.

c. Conjuntas:

- Com a Vodafone: 2 num total de 5 horas.

Assistências pontuais em intervenções relacionadas com constrangimentos do serviço Net e Voz empresarial e doméstico (Residentes).

- Com a PT: 1 num total aproximado de 1 horas.

Acompanhamento de equipas para implementação de serviço telefónico e/ou reparações nos serviços existentes dos residentes.

- Com a A Beltrónica: 3 num total aproximado de 12 horas.

Acompanhamento em programações da Central, resolução de avarias e adição de novas extensões.

- Com a TSR: 248 num total aproximado de 66 horas.

Intervenções realizadas com incidência nos 21 módulos, incluindo correções, esclarecimentos, alterações, compactação de bases de dados, reposição de dados.

Intervenções

a. Hardware: 60
Identificação de avarias e substituição de componentes dos computadores.

b. Computadores reinstalados: 20 num total aproximado de 130 horas.
Reinstalação de Sistemas Operativos e software complementar, não incluindo os da Sala de Informática dos residentes.

c. Telecomunicações: 10 num total aproximado de 6 horas.
Intervenções de 1ª linha (chicotes de telefone, fichas, tomadas, substituição de equipamentos fixos ou móveis, despiste de avarias dos telemóveis).

d. Assiduidade: 2 num total aproximado de 8 horas.
Manutenção dos equipamentos e compactação das bases de dados, configurações administrativas, gestão de acessos.

e. Rede: 60 (comuns) num total aproximado de 180 horas e 45 (específicas) 320 horas.
Foram instalados cerca de 2000m de Fibra Ótica entre os diferentes setores e edifícios no âmbito da reestruturação completa programada da rede da Instituição.
Foram adicionados 11 novos "Access Points", 9 Switch's de Gestão, e reorganizado todo o circuito de distribuição de rede/internet.
Foram também instalados cerca de 800m de cabo de rede entre os diferentes setores e edifícios, tendo sido concluído o projeto em novembro.

f. Servidor: 37 num total de 50 horas.
Atualizações, correções e definição de políticas locais com periodicidade semanal, e intervenções extraordinárias visando a segurança dos sistemas.

g. Website: 42 num total aproximado de 138 horas.

Inserção/Alteração de conteúdos, configurações e atualizações da plataforma, manutenção e melhorias.

h. Vírus: 2 num total de 10 horas.
Intervenções de caráter extraordinário e urgente devido a problemas na rede estruturada, recuperação e reposição em funcionamento de todos os sistemas e computadores dos utilizadores.

i. Alojamento de E-mail/CPanel: 28 num total de 14 horas.

Apoio

a. Atividades com Utentes: Diversas num total aproximado de 8 horas.
Apoio na organização e disponibilização de meios audiovisuais para a exibição de filmes (quinzenalmente), atuação de grupos, chá dançante, aniversários (mensalmente) e épocas festivas.

b. Direção: 8 num total aproximado 8 horas.
Apoio de meios audiovisuais (projeção) a reuniões de direção.

c. Sistema de Assiduidade: 6 num total aproximado de 12 horas.
Cooperação na configuração de sistema de assiduidade e assistências remotas.

3 - Considerações Sobre a Gestão

Em 2020 todos os projetos reformadores com vista à redução de gastos foram suspensos.

Foi um ano de gastos assumidamente desenfreados em equipamentos de proteção contra a Covid e compensação financeira a trabalhadores.

O mercado predador e agiota que chegou a inflacionar preços em 500% diariamente não poupou IC, sendo também verdade que a Direção não olhou a custos para proteger residentes e trabalhadores.

Temos assim o resultado de uma menor receita operacional, consequência direta da diminuição de mensalidades devido ao decréscimo acentuado do número de residentes, por óbito, que IC não pôde repor, por imposição da DGS e da Segurança Social. Por outro lado, o número de trabalhadores aumentou, bem como os seus salários, dando cumprimento aos rácios exigidos pela Segurança Social, sobretudo em consequência da maior dependência dos nossos residentes. Esta maior dependência, aliada às exigências deste ano, fez disparar os gastos, desequilibrando ainda mais os resultados operacionais.

O confinamento obrigatório veio ainda agravar os gastos energéticos (eletricidade e gás) e a obrigatoriedade de quase triplicar o número de lavagens diárias de roupa, em ciclos mais longos e a temperaturas mais elevadas, bem como o maior consumo de água. É ainda de salientar que os novos residentes têm cada vez menores rendimentos, são cada vez mais dependentes e precisam de mais cuidados médicos e de enfermagem, com custos acrescidos, fazendo com que o custo médio por residente em 2020 se situe acima dos 1500€ por mês.

4 - Resultado Económico/Financeiro

Inválidos do Comércio, no exercício de 2020, apresenta um total de rendimentos de 7.005.337€, revelando um acréscimo no montante de 362.267€ relativamente ao exercício anterior (em 2019 o total de rendimentos foi de 6.643.070€).

Este acréscimo não se refere à atividade, mas sim, a mais-valia contabilística divulgada resultante da alienação de dois imóveis.

Na rubrica Prestações de Serviços, que engloba mensalidades e quotizações, verifica-se um decréscimo de 73.908€, em especial a rubrica mensalidades, foi consideravelmente afetada pelas consequências da pandemia, uma vez que durante uma grande parte do ano, não nos foi permitido admitir novos residentes.

A rubrica Subsídios e Doações apresenta na sua totalidade um acréscimo de 120.482€, parte deste valor é referente a um subsídio atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa para apoio aos materiais de protecção individual para prevenção da propagação da Codiv-19.

O decréscimo em Reversões resulta da valorização ao justo valor das barras de ouro em 31.12.2020.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos regista um acréscimo de 352.041€ relativamente ao ano de 2019. Esta variação positiva é explicada, essencialmente, pela divulgação da mais-valia gerada pela venda de património imobiliário.

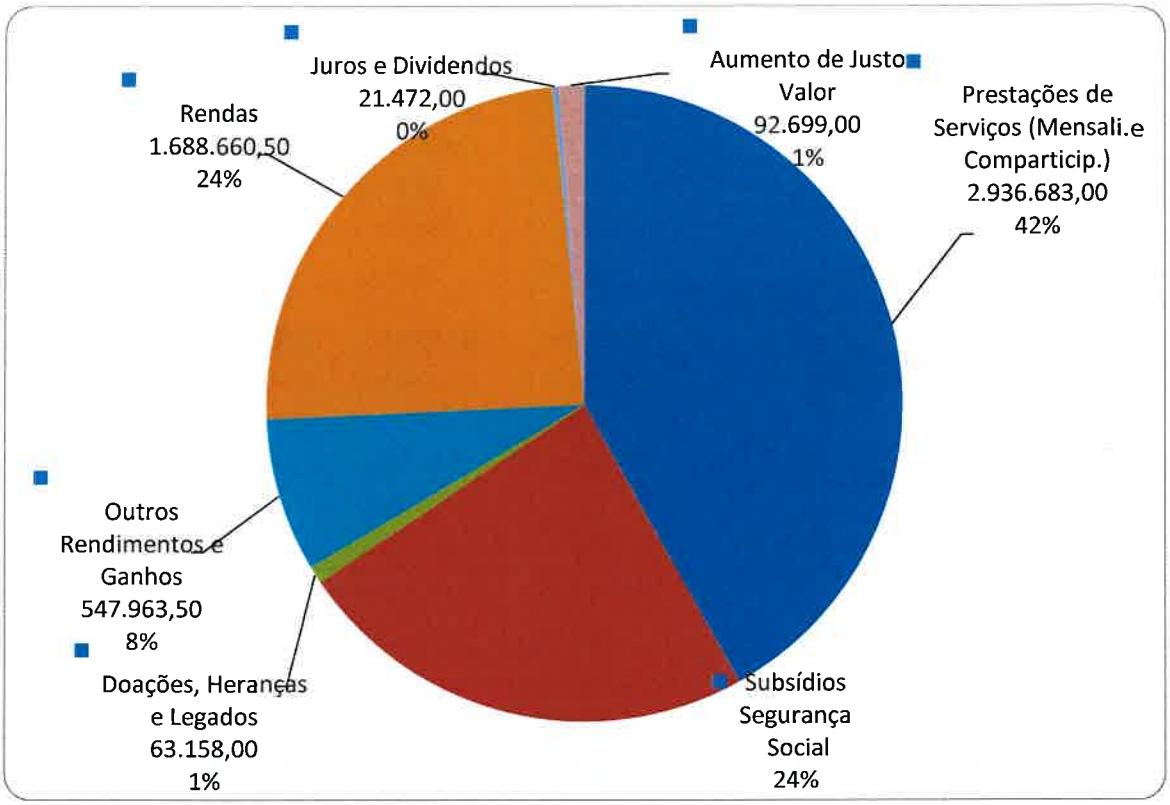
As rendas referentes ao património de Inválidos do Comércio no ano 2020 chegaram a 1.730.699€ verificando-se um aumento de 98.035€ relativamente ao ano anterior.

Como consequência da pandemia, registou-se uma redução no valor previsto para rendas, contudo, como havia outras atualizações já contratadas e que se verificaram, registou-se e manteve-se comparativamente com o ano anterior o acréscimo.

Indicam-se a seguir as variações nos rendimentos e ganhos, comparando com o ano anterior:

Contas	Rendimentos/Ganhos	2020	2019	2018	Dif 19-18	Dif 20-19
72	**Prestações de serviços**	**2 936 683**	**3 010 591**	**2 926 933**	**83 658**	**-73 908**
721	Mensalidades dos utilizadores	2 549 722	2 608 366	2 503 277	105 089	-58 644
7211	Creche	177 143	182 633	166 950	15 684	-5 491
7214	Terceira Idade	2 360 061	2 391 614	2 287 505	104 110	-31 554
72141	ERPI	1 905 898	1 929 859	1 866 511	63 348	-23 961
72142	RCV	454 163	461 755	420 993	40 762	-7 592
7215	ResidênciaVitalícia	12 519	34 119	48 823	-14 704	-21 600
722	Quotizações	363 483	367 942	389 713	-21 770	-4 459
725	Serviços secundários	23 478	34 283	33 944	339	-10 805
75	**Subsídios, doações e legados à exploração ***	**1 717 859**	**1 597 377**	**1 604 386**	**-7 009**	**120 482**
751	Subsídios do Estado	1 654 701	1 562 403	1 517 829	44 574	92 298
7518	Municípios	25 000				25 000
753	Doações e heranças	28 195	25 890	56 255	-30 366	2 306
754	Legados	9 962	9 084	30 301	-21 217	878
751	Subsídios do Estado ISS	1 654 701	1 562 403	1 517 829	44 574	92 298
751111	Lar para Idosos	1 411 336	1 335 785	1 298 382	37 403	75 552
751113	Creche	228 911	223 297	215 747	7 550	5 614
75121	Medidas Apoio Lei10/2020	14 454	3 321	3 700	3 321	11 132
76	**Reversões**	92 699	118 879	19 036	99 843	-26 181
78	**Outros rendimentos e ganhos**	**2 236 624**	**1 884 584**	**6 367 635**	**-4 483 051**	**352 041**
781	Rendimentos suplementares	31 118	55 200	48 408	6 791	-24 082
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	4 747	5 566	5 305	260	-819
783	Recuperação de dívidas a receber	3 451	10 428	18 334	-7 906	-6 977
784	Ganhos em inventários	26 381		21 779	-21 779	26 381
785	Rendimentos em ganhos subsidiárias	110 200	94 400	89 100	5 300	15 800
786	Valorização Instrumentos financeiros	80	8 579	4 135	4 444	-8 499
787	Rendimentos e ganhos em Invest não financeiros	1 995 201	1 676 385	6 106 864	-4 430 479	318 816
7871	Alienações	254 708	34 973	4 540 654	-4 505 681	219 734
7872	Sinistros	2 095				2 095
7873	Rendas	1 730 699	1 632 664	1 558 699	73 965	98 035
7878	Outros rendimentos e ganhos	7 699	8 747	7 510	1 237	-1 048
788	Outros	65 445	34 026	73 710	-39 684	31 420
79	**Juros, dividendos e outros rendimentos similares**	**21 472**	**31 639**	**64 549**	**-32 910**	**-10 166**
	Totais	7 005 337	6 643 070	10 982 538	-4 339 469	362 267

As mensalidades permanecem a principal fonte de rendimento da Instituição e representam este ano cerca de 42% do total dos rendimentos. A nossa dependência de subsídios estatais neste ano, é de cerca de 24% da totalidade dos nossos rendimentos. Os rendimentos auferidos em 2020 têm a seguinte distribuição:



Os gastos em 2020 totalizam 7.637.774€ o que representa um acréscimo de 395.177€ relativamente a 2019, cujo montante foi de 7.242.597€.

Verifica-se um acréscimo em praticamente todas as rubricas de gastos e perdas. O acréscimo mais significativo regista-se na rubrica Gastos com Pessoal, no valor de 299.996€. Este acréscimo é resultante de uma melhoria dos vencimentos e também da necessidade de pagamento de horas extraordinárias e do recrutamento de novos funcionários para colmatar necessidades de resposta à situação pandémica.

Indicam-se a seguir os aumentos e reduções nos gastos, comparando com o ano anterior:

Contas	Gastos/Perdas	2020	2019	2018	Dif 19-18	Dif 20-19
61	**Custo mercadorias consumidas**	**346 358**	**267 343**	**310 081**	**-42 738**	**79 015**
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	**2 136 726**	**2 111 452**	**1 757 245**	**354 208**	**25 274**
621	Subcontratos	804 184	798 170	621 163	177 007	6 014
622	Serviços especializados	843 301	820 685	648 878	171 807	22 616
623	Materiais	12 826	18 706	19 272	-567	-5 879
624	Energia e Fluidos	382 839	358 402	378 888	-20 486	24 437
625	Transportes e estadas Pess e O.S.	2 272	3 688	6 393	-2 704	-1 416
626	Serviços diversos	91 304	111 802	82 651	29 151	-20 498
63	**Gastos com o pessoal**	**4 346 192**	**4 046 196**	**3 693 253**	**352 943**	**299 996**
632	Remunerações do pessoal	3 166 625	3 044 608	2 802 408	242 200	122 017
634	Indemnizações	20 894	18 561	20 087	-1 526	2 333
635	Encargos sobre remunerações	751 604	714 337	637 970	76 367	37 267
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	80 829	78 083	72 434	5 649	2 746
638	Outros gastos com o pessoal	326 240	190 606	160 353	30 253	135 633
64	**Gastos/reversões de depreciação e de amortização**	**587 169**	**559 744**	**560 487**	**-743**	**27 424**
641	Propriedades de investimento	278 463	267 730	261 185	6 545	10 733
642	Activos Fixos Tangíveis	308 705	292 014	299 302	-7 288	16 691
65	**Imparidades**	**73 222**	**71 680**	**56 662**	**15 018**	**1 542**
6511	Imparidades dividas Utentes	**13 633**				
6512	Imparidades rendas a receber	20 370	41 768	25 926	15 842	-21 398
6513	quotas a receber	39 219	29 912	30 736	-824	9 307
66	**Redução de Justo valor**	0	0	0	**0**	
	Barras de Ouro				0	
661	Acções				0	
68	**Outros gastos e perdas**	**148 107**	**186 182**	**271 062**	**-84 880**	**-38 075**
681	Impostos	3 062	2 228	1 567	661	834
686	Despesas Prédios de Rendimento	109 100	114 386	112 272	2 114	-5 286
688	Outros	35 945	69 568	157 223	-87 655	-33 623
69	**Gastos e perdas de financiamento**				**0**	**0**
691	Juros suportados				0	0
	Totais	7 637 774	7 242 597	6 648 790	593 807	395 177

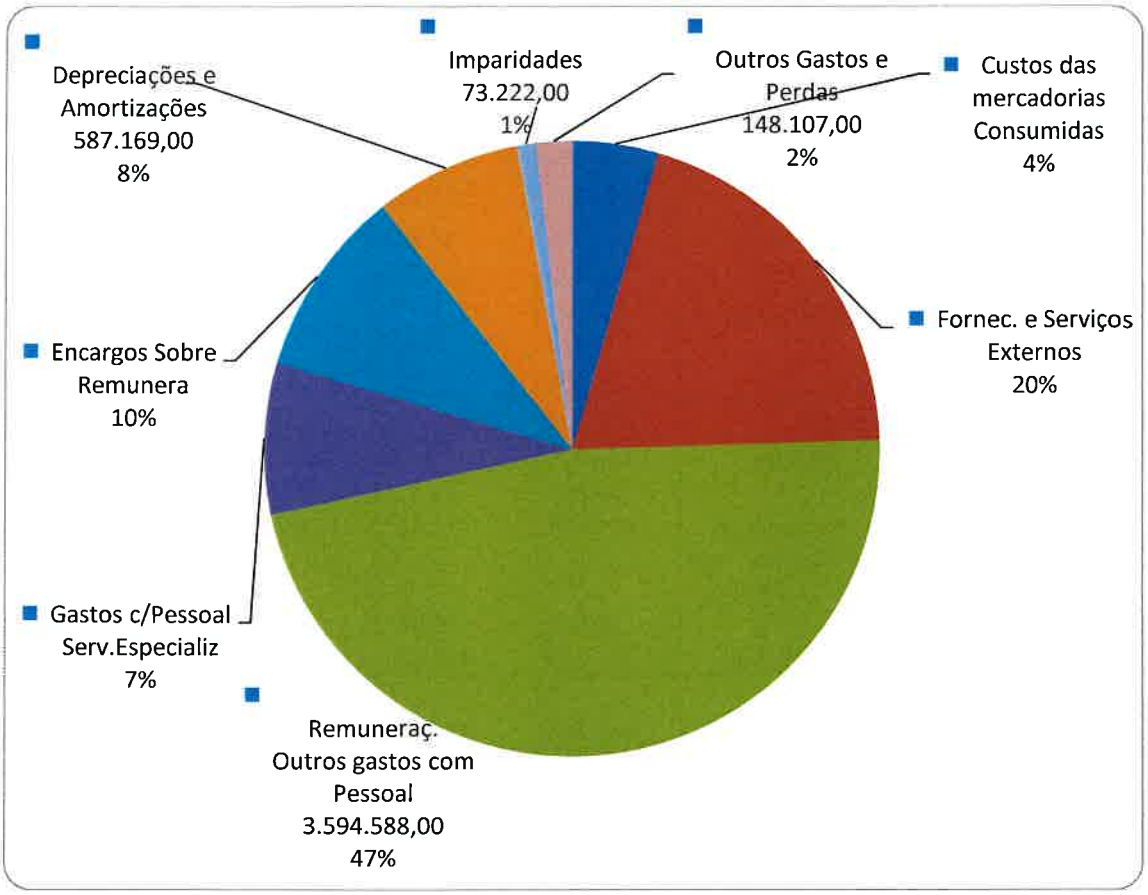
Como é natural numa entidade prestadora de serviços e, sobretudo, nos serviços de apoio a Idosos, os gastos com pessoal assumem a maior percentagem dos gastos totais, cerca de 47%.

Na contribuição para a Segurança Social verifica-se uma percentagem de 10% sobre a totalidade de gastos.

Assim 57% dos gastos totais são registados em Gastos com Pessoal de forma a dar resposta às actividades de Inválidos do Comércio.

Os Outros Fornecimentos e Serviços representam cerca de 20% dos gastos totais.

Os gastos e perdas encontram-se distribuídos da seguinte forma:



O resultado do exercício de 2020, apresenta-se negativo no valor de 632.437,14€ (Seiscentos e trinta dois mil quatrocentos e trinta sete euros).
O ano 2020, marcado pela pandemia da Covid-19, foi para todos um momento de grande aprendizagem e adaptação à nova realidade. Inevitavelmente também teve repercussões a nível da gestão dos recursos e consequentemente no resultado económico/financeiro do exercício.

5 - Propostas

Assim, propomos:
1. A aprovação do presente Relatório e Contas referente ao ano de 2020.
2.Que o resultado negativo de 2020, no valor de 632.437,14 Euros seja transferido, na sua totalidade, para Resultados Transitados.
3. Um voto de pesar pelo desaparecimento dos Sócios, Utentes, Residentes e Amigos que deixaram a nossa companhia durante o ano.

Por todos quantos partiram manifestamos a nossa solidariedade aos familiares, garantindo que tudo faremos para honrar a sua memória.

4. Um voto de agradecimento a todas as Entidades que se relacionaram com IC, em especial aquelas que nos apoiaram nas fases mais difíceis do combate à pandemia.
5.Um voto de agradecimento a Sócios, Amigos e Entidades que ao longo do ano ofereceram diversos bens e fizeram donativos a IC.
6. Um voto de agradecimento aos Trabalhadores e Colaboradores de Inválidos do Comércio que, de forma empenhada, contribuíram para alcançar os importantes objetivos da Instituição.

Lisboa, 15 de março de 2021.

Presidente – João Bernardino

Vice-Presidente – Francisco Cavalheiro

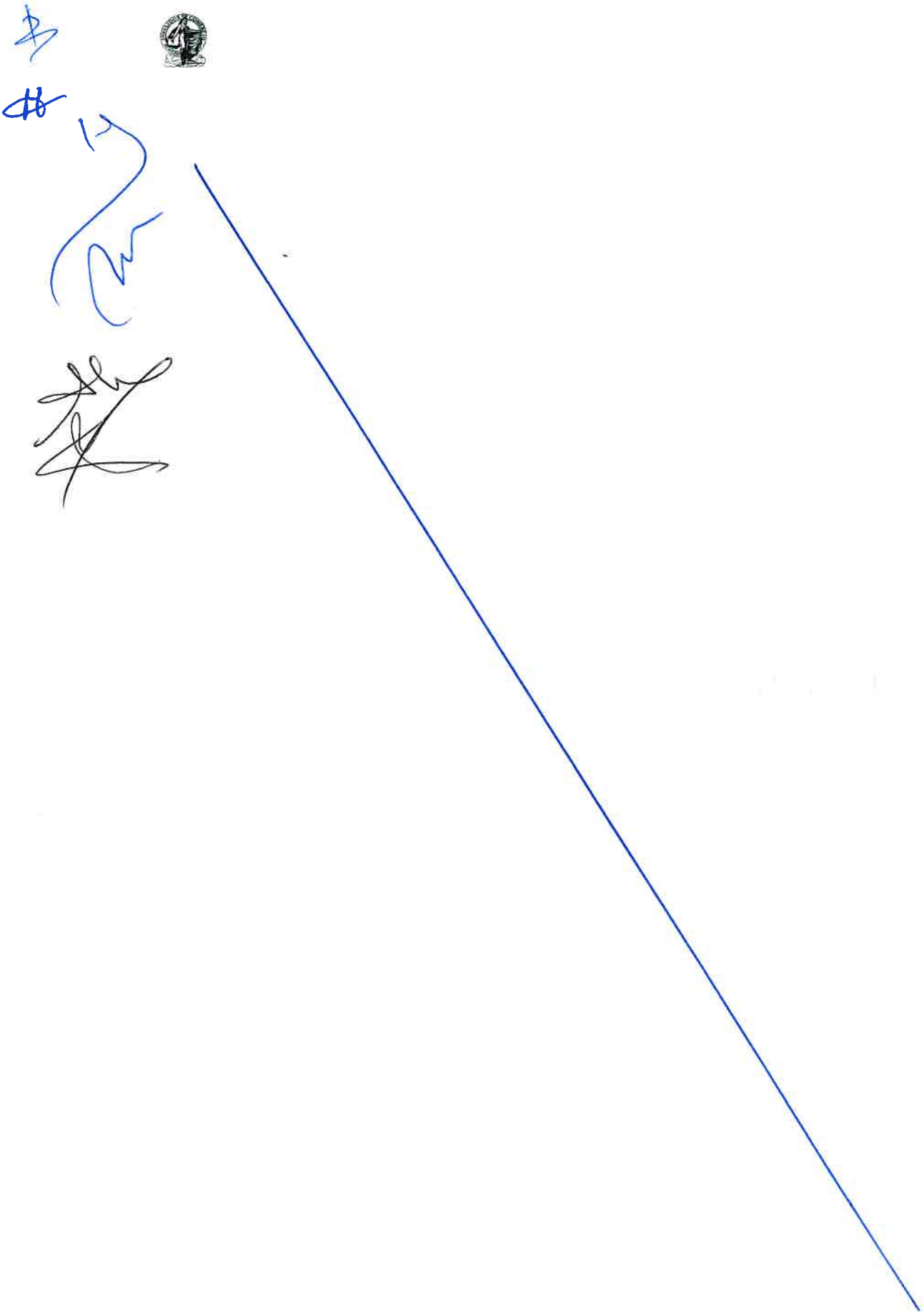
Tesoureira – Teresa Roque

Secretária – Maria Antónia Figueiredo

Vogal – Antónia Maximiano

Vogal – Maria Vitória Campos

Vogal – Alberto Grijó



ANEXO

COMO TRATÁMOS A PANDEMIA COVID-19 NA ASSOCIAÇÃO INVÁLIDOS DO COMÉRCIO, IPSS.

Desde dezembro de 2019, com o avolumar de notícias sobre a Covi-19, em Inválidos do Comércio tomámos todas as medidas possíveis para protecção de residentes e trabalhadores, sendo sistematicamente implantadas e reforçadas dentro das disponibilidades de mercado.

Após a declaração oficial pela OMS, a 11/03/2020, de Pandemia Mundial, o país entrou em confinamento e Inválidos do Comércio seguiram as instruções.

No dia 12/03/2020 a Direção decidiu que, estando todos os seus elementos em contacto com a casa, o elemento em permanência nas instalações seria a Tesoureiro da Direção Teresa Roque, bem como o assessor da Direção Luís Filipe Ferreira.

Ainda no dia 13/03/2020 a equipa formada pela Diretora Técnica Dra. Marília Vaz, pelo Enfermeiro-Chefe Emílio Correia e pela representante da Direção Teresa Roque alinharam ideias e ações para colocar em marcha o plano de contingência de IC.

Na semana de 16 a 20 de março de 2020 começaram a aparecer casos de alguma sintomatologia e, por isso, contactámos a DGS. Encaminhámos os primeiros 7 residentes para o Hospital de Santa Maria entre 22 e 23 de março, dos quais 3 vieram a falecer nesse fim-de-semana, um deles com Covid-19.

O que mais temíamos era oficial, a Covid tinha conseguido entrar na nossa casa.

Foi acionado o isolamento profilático de todos os contactantes.

O núcleo de dirigentes desdobra-se em reuniões com os trabalhadores a fim de controlar o pânico e a "fuga" destes em massa. É feito um esforço adicional para acalmar residentes, familiares, trabalhadores, adquirir equipamentos de protecção e acionar todas as medidas criadas pela Comissão de Controle de Higiene e Infeção, entretanto criada.

A máxima de "neste momento somos todos soldados e o pessoal da saúde, na pessoa do Enfermeiro-Chefe Emílio Correia é o comandante geral. Ele dá ordens e nós cumprimos", é entendida, aceite e obedecida por todos.

É de imediato contatada a Junta de Freguesia do Lumiar, na pessoa do seu Presidente o Sr.Dr. Pedro Delgado Alves e é solicitado o apoio da DGS, Segurança Social, Câmara Municipal de Lisboa (CML), enfim todos os organismos de que nos lembrámos, e funcionou.

A 25 e 26 de março de 2020 é efetuada a testagem em massa de todos os trabalhadores (362) e dirigentes no terreno, com o apoio da CML e Junta de Freguesia do Lumiar.

Em consequência da iniciativa de IC e a pedido da mesma, a 29 de março, a associação Inválidos do Comércio é convocada para uma reunião de urgência, nos Paços do Concelho, onde estiveram presentes o senhor Presidente da CML, Dr. Fernando Medina, o então Vereador com Pelouro da Protecção Civil, Dr. Carlos Castro, o Vereador com o pelouro da Acção Social, Dr. Manuel Grilo, a Delegada de Saúde, a coordenadora do USP de Lisboa Norte, a Directora Regional da Segurança Social, bem como a directora regional da ARSL, entre outros dirigentes e técnicos.

Nesta reunião a associação Inválidos do Comércio, reafirma o seu total empenho na defesa e protecção de seus residentes, trabalhadores e respectivos familiares, mas expôs claramente que está a substituir-se a obrigações que pertencem ao Estado, sem qualquer contrapartida e que não tem mais condições para continuar a fazê-lo sem apoio do próprio Estado.

É relatado que, na sequência das testagens, os casos positivos aparecem com uma regularidade mais que alarmante, quer em residentes, quer em trabalhadores, estes enviados para casa com o salário garantido por IC a 100%.

Ainda a 29 de março de 2020 é efectuada visita às instalações de IC por todos os elementos envolvidos, para delinear localmente medidas de intervenção na estrutura da casa, com vista à redução da circulação interna dos Utentes e trabalhadores, bem como todas as medidas de afastamento físico possíveis.

Nesta mesma data são encerradas as salas de convívio comuns e todos os refeitórios setoriais.

Claro que, nessa mesma data e em virtude da sua localização e dimensões, Inválidos do Comércio passaram a ser alvo da comunicação social, que recebemos através de entrevista, esclarecendo claramente todas as dúvidas colocadas, nomeadamente, alertando para o facto de, desde a 1ª hora, a Direção de IC seria absolutamente clara, publicando quase diariamente informação sobre os desenvolvimentos da pandemia na Casa de Repouso Alexandre Ferreira, fossem eles quais fossem!

A 1 de abril encerrámos o bar e iniciámos o controlo diário da temperatura corporal de todas as pessoas que entravam nas nossas instalações.

A 2 de abril de 2020 procedeu-se à transferência de 24 residentes autónomos para uma unidade hoteleira da capital, a expensas da CML. Esses residentes foram acompanhados por trabalhadores de IC, em permanência 24 horas por dia, sendo as suas refeições, medicação e higiene garantidas por esses trabalhadores.

A 10 de abril já havíamos criado um espaço Covid, desativando o Serviço de Fisioterapia e estendendo-o ao Auditório, com todas as adaptações necessárias para o acolhimento de 42 Utentes positivos, em simultâneo. Nessa data em que comemorávamos o nosso 91º aniversário, continuávamos à espera de conseguirmos testar os 265 residentes não testados. Entretanto já havíamos recebido uma vintena

de trabalhadores cedidos pela Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) para colmatar as ausências dos nossos trabalhadores doentes ou em confinamento por contato.

No fim-de-semana de 11 e 12 de abril recebemos finalmente as zaragatoas necessárias à testagem dos nossos residentes, que foi efetuada à medida que nos iam disponibilizando laboratório.

Infelizmente as entregas no laboratório reduzidas a cerca de 20 unidades diárias e a enorme demora dos resultados, foram criando uma grande apreensão, amplamente justificada pela chegada dos primeiros resultados a 15 de abril, que vieram a confirmar as nossas suspeitas da existência de dezenas de casos positivos, entre residentes e trabalhadores, apesar de todos assintomáticos, incluindo 9 trabalhadores cedidos pela CVP.

Em 29 de abril, continuando a receber resultados a conta gotas, tínhamos o espaço Covid quase esgotado com 40 Utentes positivos, apesar de termos muitos casos recuperados.

Em 16 de maio, após nova testagem em massa, atingimos um pico de 62 residentes e 85 trabalhadores positivos. Tivemos então de tomar a difícil decisão de enviar para o exterior 20 residentes, decisão muito impopular e nada compreendida, principalmente pelos familiares dos que tinham que sair.

Na última semana de maio voltaram a esta casa os 24 residentes autónomos deslocados em unidade hoteleira.

Em 1 de junho, já com toda a casa desinfetada e com grande parte dos residentes em espaço Covid recuperados, decidimos fazer regressar à casa os nossos residentes deslocados em instalações da SCML. Abrimos as visitas aos residentes menos dependentes, situação que só conseguimos manter até ao dia 18 de junho quando a DGS nos obrigou a novo encerramento ao exterior.

A 30 de julho tínhamos o Espaço Covid vazio e não havia residentes ou trabalhadores infetados.

O Verão e o Outono correram pacificamente em IC e a Covid voltou em 4 de novembro, desta vez com menor impacto, acreditamos que devido às medidas tomadas e, com certeza, pela experiência adquirida.

Resumindo, nestes 12 meses alterámos e usámos todos os meios humanos e financeiros disponíveis para minimizar os impactos negativos desta pandemia.

Pusemos todos os espaços disponíveis ao serviço de residentes e trabalhadores por forma a garantir o maior distanciamento, prevenindo e identificando de imediato qualquer foco de contágio.

Colocámos em prática todas as ideias e diretivas, por mais impopulares que fossem, desde que protegessem todos os que aqui vivem e trabalham.

Doze meses após a "chegada do inimigo" verificou-se uma taxa de mortalidade de residentes com Covid de cerca de 9% e a doença atingiu 40% dos nossos 370 residentes (total ao longo dos 12 meses). O valor de 40% é comum também entre trabalhadores, sendo que nestes não se registaram óbitos.

Reivindicámos junto de todas as entidades para que colaborassem com IC e não temos dúvidas que ganhámos o respeito de todos aqueles que connosco trabalharam neste último ano. Esse respeito e reconhecimento do trabalho de excelência tem-nos sido transmitido de várias formas, em especial por quem nos visita e pode ver de perto o nosso trabalho.

Nesta ocasião em que ocorre a primeira Assembleia Geral de Sócios de 2021, a Direção manifesta publicamente, aos seus sócios, o apreço pelo empenho fantástico dos trabalhadores desta casa, pela compreensão e resiliência dos nossos residentes, que acataram e se resignaram apesar de medidas muito duras postas em prática. Também nos custou aplicá-las, mas acreditamos que foram necessárias para os proteger e que não teriam resultado sem a colaboração de todos.

A Direção, em nome da Associação Inválidos do Comércio, renova os agradecimentos a todos quantos nos ajudaram, nomeadamente às seguintes pessoas e entidades:

- Dr. Fernando Medina
  Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
- Dr. Manuel Fernando Rosa Grilo
  Vereador dos Direito Sociais da Câmara Municipal de Lisboa
- Dr. Carlos Manuel Brito de Castro
  Vereador da Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa
- Dr.ª Maria de Fátima Fonseca Matos
  Diretora Adjunta do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, I.P.
- Dr.ª Sónia Baltazar
  Diretora da Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, I.P.
- Dr.ª Isabel Gomes
  Diretora do Núcleo de Respostas Sociais da Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, I.P.
- Dr. Mário Durval
  Delegado de Saúde Regional da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- Dr.ª Vera Machado
  Oficial de Ligação ao Comando Operacional Distrital de Lisboa da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- Dr.ª Filipa Barros
  Departamento de Emergência Médica do Instituto Nacional de Emergência Médica
- Dr.ª Maria da Luz Cabral

Coordenadora do Grupo de Trabalho Políticas Públicas na Longevidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

- Enf.ª Charlotte Oliveira
  Médicos Sem Fronteiras
- D. Joana Batista
  Especialista em Água e Saneamento - Médicos Sem Fronteiras

Inválidos do Comércio

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

Índice

BALANÇO 4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES 7
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS 9
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS 9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 10
ANEXO 12
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE 12
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 13
2.1. Referencial contabilística de preparação das demonstrações financeiras 13
3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS 14
3.1. Continuidade 15
3.2. Ativos Fixos Tangíveis 15
3.3. Investimentos Financeiros 16
3.4. Outros créditos e ativos não correntes 16
3.5. Imposto sobre o Rendimento 17
3.6. Inventários 17
3.7. Créditos a receber (Clientes/Utentes e outros valores a receber) 17
3.8. Outros Ativos Financeiros 18
3.9. Caixa e equivalentes de caixa 18
3.10. Provisões 18
3.11. Fornecedores 18
3.12. Rédito 18
3.13. Subsídios ao Investimento e Exploração 18
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 19
4.1. Ativos Fixos Tangíveis 19
4.2. Bens do Património Histórico e Social 21
5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS 22
6. INVENTÁRIOS 22
7. CRÉDITOS A RECEBER 23
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 24
9. FUNDADORES /BENEFICIÁRIOS/ ASSOCIADOS 24
10. DIFERIMENTOS 25

11. OUTROS ATIVOS 25
12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS 26
13. FUNDOS PATRIMONIAIS 26
14. PROVISÕES 27
15. OUTRAS DIVIDAS A PAGAR 29
16. FORNECEDORES 29
17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 29
18. OUTRAS PASSIVOS CORRENTES 30
19. DIFERIMENTOS 30
20. RÉDITO 31
21. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO 31
22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 32
23. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 32
24. IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES) 33
25. JUSTO VALOR (AUMENTOS/REDUÇÕES) 33
26. OUTROS RENDIMENTOS 33
27. OUTROS GASTOS 34
28. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO 34
29. RESULTADOS FINANCEIROS 35
30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS 35
31. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO 35

Balanço

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

Balanço em 31 de Dezembro de 2020

		DATAS	
RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2020	31 Dez 2019
ATIVO	-		
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1	15 371 463,19	15 279 960,96
Bens do Património Histórico e Social	4.1	1 235,35	1 235,35
Investimentos financeiros	5	29 910,30	20 070,46
Outras Créditos e Activos não Correntes			
		15 402 608,84	**15 301 266,77**
Ativo corrente			
Inventários	6	69 499,71	70 281,65
Créditos a Receber (Utentes)	7	402 142,44	303 433,70
Estado e outros entes públicos	8	48 243,62	24 563,26
Fundadores/Benef./Assoc/Membros	9	141 658,44	89 872,79
Diferimentos	10	43 936,25	27 615,76
Outros ativos financeiros	11	900 472,29	812 230,87
Caixa e depósitos bancários	12	7 132 970,75	8 021 456,65
		8 738 923,50	**9 349 454,68**
Total do Ativo		**24 141 532,34**	**24 650 721,45**

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

Balanço em 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31 Dez 2020	31 Dez 2019
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	-		
Fundos Patrimoniais	-		
Fundos	13	379 807,33	379 807,33
Reservas	13	3 003 225,39	3 003 225,39
Resultados transitados	13	10 104 723,40	10 704 250,34
Excedentes de Revalorização	13	4 982 472,30	4 982 472,30
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais	13	3 908 004,74	3 748 439,59
Resultado líquido do período	13	-632 437,14	-599 526,94
Total do fundo de capital		**21 745 796,02**	**22 218 668,01**
Passivo	-		
Passivo não corrente			
Provisões especificas	14	305 694,18	308 939,41
Financiamentos obtidos			
Outras Dívidas a Pagar	15	436 821,23	528 929,28
		742 515,41	**837 868,69**
Passivo corrente			
Fornecedores	16	696 514,14	659 795,10
Estado e outros entes públicos	17	113 029,36	145 667,39
Outras Passivos Correntes	18	824 307,63	755 303,64
Diferimentos	19	19 369,78	33 418,62
Outros passivos não financeiros			
		1 653 220,91	**1 594 184,75**
Total do Passivo		**2 395 736,32**	**2 432 053,44**
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**24 141 532,34**	**24 650 721,45**

Contabilista Certificado

Direcção

Demonstração dos Resultados por Naturezas

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

		PERÍODOS	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	20	2 936 682,79	3 010 591,25
Subsídios, doações e legados à exploração	21	1 717 858,74	1 597 377,04
Variação nos inventários da produção			
Trabalho para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-346 358,37	-267 342,89
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 136 726,34	-2 111 452,21
Gastos com o pessoal	23	-4 346 191,66	-4 046 195,77
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	-72 679,60	-70 284,00
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	25	92 156,64	117 483,35
Outros rendimentos	26	2 236 624,19	1 884 583,67
Outros gastos	27	-148 107,27	-186 181,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**-66 740,88**	**-71 421,33**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-587 168,56	-559 744,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**-653 909,44**	**-631 165,50**
Juros e rendimentos similares obtidos	29	21 472,30	31 638,56
Juros e gastos similares suportados			
Resultado líquido do período		**-632 437,14**	**-599 526,94**

Contabilista Certificado

Direcção

Demonstração dos Resultados por Funções

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Conta	Descrição	ERPI	ALA RESID.	CRECHE
71	**Vendas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
72	**Prestações de Serviços**	**2 231 902,04**	**524 221,53**	**180 559,22**
721	Mensalidades dos Utentes	1 905 889,76	466 689,95	177 142,72
722	Quotas	306 055,98	54 009,88	3 416,50
725	Serviços Secundários	19 956,30	3 521,70	0,00
75	**Subsídios, doações e legados à exploração ***	**1 482 204,42**	**5 426,73**	**230 227,59**
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 448 788,34	758,83	230 153,91
753	Doações e Heranças	24 530,97	3 664,34	0,00
754	Legados	8 885,11	1 003,56	73,68
76	**Reversões**	**75 271,31**	**14 182,90**	**3 244,45**
78	**Outros Proveitos Ganhos**	**1 835 949,19**	**323 170,78**	**77 504,22**
79	**Proveitos Ganhos Financeiros**	**18 251,46**	**3 220,84**	**0,00**
	TOTAL PROVEITOS	**5 643 578,42**	**870 222,78**	**491 535,48**
61	**Custo das Merc. Vendidas e das Matérias Consumidas**	**281 315,33**	**52 987,11**	**12 055,93**
6121	Géneros Alimentares	1 617,96	285,52	0,00
6122	Subsidiarias e de Consumo	279 697,37	52 701,59	12 055,93
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	**1 633 711,43**	**425 141,01**	**77 874,29**
6211	Exploração de Refeitórios	661 324,07	116 704,25	19 987,70
6212+3+4	Prest.Serviços	5 008,25	943,70	215,88
623	Materiais	9 995,33	1 366,76	1 464,21
624	Energia e fluidos	316 310,77	58 137,43	8 390,63
622/5/65-6	Outros Fornecimentos	641 073,01	247 988,87	47 815,87
63	**Custos com Pessoal**	**3 223 817,12**	**774 756,72**	**347 617,43**
632	Remunerações Certas	2 347 425,70	559 856,22	259 343,05
634	Indemnizações	15 794,40	3 102,96	1 996,32
635	Encargos sobre Remunerações	556 520,55	134 565,18	60 518,41
636	Seguros de Acid. no Trabalh. e Doenças Profiss	59 529,39	14 677,35	6 621,99
6389	Outros Custos Com Pessoal	244 547,08	62 555,01	19 137,66
64	**Gastos de depreciação e de amortização**	**472 982,61**	**80 234,61**	**33 951,34**
65	**Perdas por imparidade**	**60 301,23**	**10 515,00**	**2 405,39**
651	Anos de 2009 a 2019	60 301,23	10 515,00	2 405,39
66	**Perdas por Redução de Justo Valor**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
68	**Outros gastos e perdas**	**121 520,32**	**21 622,77**	**4 964,18**
688	Outros gastos e perdas	121 520,32	21 622,77	4 964,18
69	**Gastos e perdas financeiras**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	TOTAL CUSTOS	**5 793 648,04**	**1 365 257,22**	**478 868,56**
81	**Resultado líquido do período**	**-150 069,62**	**-495 034,44**	**12 666,92**

Contabilista Certificado

Direcção

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS
PERIODO FINDO em 31 de Dezembro de 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais Atribuidos à Instituição								Interesses que não Controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020											
1		379 807,33	0,00	3 003 225,39	10 704 250,34	0,00	4 982 472,30	3 748 439,59	-599 526,94	22 218 668,01	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00	
Alterações de políticas contabilísticas	13									0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00	
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00	
Subsidios ao Investimento	13							-5 787,11		-5 787,11	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13				-599 526,94				599 526,94	0,00	
2		0,00	0,00	0,00	-599 526,94	0,00	0,00	-5 787,11	0,00	-5 787,11	
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO											
3	13								-632 437,14	-632 437,14	
RESULTADO INTEGRAL											
4=2+3		0,00	0,00	0,00	-599 526,94	0,00	0,00	-5 787,11	-632 437,14	-638 224,25	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERIODO										0,00	
Fundos										0,00	
Subsidios, doações e legados										0,00	
Outras operações								165 352,26		0,00	
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165 352,26	0,00	0,00	
POSIÇAO NO FIM DO PERIODO 2020											
6=1+2+3+5		379 807,33	0,00	3 003 225,39	10 104 723,40	0,00	4 982 472,30	3 908 004,74	-632 437,14	21 745 796,02	

Contabilista Certificado

Direcção

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS
PERIODO FINDO em 31 de Dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais Atribuidos à Instituição									Interesses que não Controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019												
1		379 807,33	0,00	3 003 225,39	6 336 850,13	0,00	4 982 472,30	3 754 226,70	4 333 748,39	22 790 330,24		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		
Subsidios ao Investimento	13							-5 787,11		-5 787,11		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13				4 333 748,39				-4 333 748,39	0,00		
2		0,00	0,00	0,00	4 333 748,39	0,00	0,00	-5 787,11	0,00	-5 787,11		
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO												
3	13								-599 526,94	-599 526,94		
RESULTADO INTEGRAL												
4=2+3		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	-5 787,11	-599 526,94	-605 314,05		
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERIODO										0,00		
Fundos										0,00		
Subsídios, doações e legados	13									0,00		
Outras operações					33 651,82					33 651,82		
5		0,00	0,00	0,00	33 651,82	0,00	0,00	0,00	0,00	33 651,82		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019												
6=1+2+3+5		379 807,33	0,00	3 003 225,39	10 704 250,34	0,00	4 982 472,30	3 748 439,59	-599 526,94	22 218 668,01		

Contabilista Certificado

Direcção

Inválidos do Comércio
Rua Alexandre Ferreira Nº 48-A
NIF:500 730 415

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período do mês de Janeiro a Dezembro de 2020

RUBRICAS	DATAS 2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes e Utentes		
Recebimento de Utentes	2 351 892,05	2 545 808,14
Recebimento-Utentes Creche	176 423,20	186 624,31
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	-800,00	-2 200,00
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		
Fornecedor Refeitorio	-845 753,17	-813 031,63
Fornecedor Farmacia	-108 642,13	-114 515,96
Fornecedores Diversos	-1 546 984,31	-1 487 410,77
Pagamentos ao pessoal / Honorarios	-2 926 625,29	-2 759 136,22
Caixa gerada pelas operações	**-2 900 489,65**	**-2 443 862,13**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00
Outros recebimentos/pagamentos		
Reembolso IVA	24 611,68	95 321,90
Pagamento Estado	-1 528 189,75	-1 429 783,60
Recebimento Quotas	266 886,53	319 952,00
Recebimento/Pagamento rel. à Actividade Operacional	-55 491,27	-60 458,26
Recebimento/Pagamento rel. Actividades Extraordinarias	157 212,04	140 290,44
Subsidio CML	25 000,00	
Subsidio IGFSS	1 657 982,78	1 562 992,38
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**-2 352 477,64**	**-1 815 547,27**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		
Pagamento a Fornecedores Imobilizado	-680 422,99	-923 960,30
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros		
Compensaçao Herdeiros	-11 572,10	-12 454,99
Rendas Co-Proprietarios	-34 843,11	-43 854,34
Outras despes. c/ Imoveis	-9 734,59	-25 737,57
Aquisiçao de Imoveis		-45 000,00
Outros ativos		
Despesas Bancarias	-5 582,34	-2 624,01
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		

Aluguer de Espaço	69 453,41	86 157,22
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros		
Rendas	1 650 461,48	1 690 541,05
Alienaçao de Imoveis	260 000,00	49 500,00
Outros ativos	88 811,95	125 448,97
Subsídios ao investimento		0,00
Juros e rendimentos similares		
Juros D/O	64,65	376,74
Juros D/P	30 066,96	35 854,04
Investimentos Financeiros	203,33	202,78
Dividendos	3 324,94	3 323,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**1 360 231,59**	**937 773,39**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	192 001,57	31 599,69
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	**192 001,57**	**31 599,69**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	**-800 244,48**	**-846 174,19**
Efeito das diferenças de câmbio	**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no início de período	**8 833 687,52**	**9 679 861,71**
Caixa e seus equivalentes no fim de período	**8 033 443,04**	**8 833 687,52**

Contabilista Certificado

Direcção

Anexo

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Inválidos do Comercio é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação em 10 de abril de 1929, com estatutos aprovados pelo governador civil em 30 de setembro de 1929, com sede em Lisboa Rua Alexandre Ferreira nº 48-A freguesia do Lumiar. Tem como Objecto, Artigo 4º dos Estatutos, que se transcreve:

"Inválido do Comercio tem por objecto, mediante a prestação de serviços ou quaisquer por outras formas consideradas adequadas, o apoio às famílias na educação de crianças e à protecção dos cidadãos na velhice e invalidez, em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho."

Como actividade Artigo 5º dos Estatutos, que se transcreve:

"1 - Para a realização do seu objecto a Associação mantém e desenvolverá as seguintes actividades:

a) - O Funcionamento de Lares de Idosos, designadamente os denominados Casa de Repouso Alexandre Ferreira e Casa de Repouso Possidónio da Silva[1], sitos em Lisboa, freguesia do Lumiar e freguesia dos Prazeres, respectivamente; ou outros que se venham a adquirir ou a construir;

b) - A prática de qualquer outra valência de apoio aos idosos, nomeadamente, Centros de Dia, Apoio Domiciliário, entre outros;

c) - O funcionamento de residências-vitalícias, designadamente as sitas na Casa de Repouso Alexandre Ferreira e denominada Ala José Manuel Dias;

d) - A abertura de creches ou outros equipamentos orientados para a infância enquadrados nos espaços de Lares ou Casas de Repouso,

e) - A prestação de auxílio monetário, a título eventual, a quem dele demonstre carecer, mormente a indivíduos que sofram de enfermidade impeditiva do seu ingresso nos Lares da Associação;

2 - As principais actividades da Associação são as referidas nas alíneas a), b) e d) do número anterior. A actividade constante da alínea c) constitui actividade complementar, cujas receitas se destinam a prover e auxiliar as actividades referidas nas alíneas a), b), d) e e)."

[1] Presentemente desactivada

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilística de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, e que foram objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no que diz respeito aos modelos de demonstrações financeiras neles previstos.

Os Decretos referidos dizem que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Junho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho.

***b)* Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, os Inválidos do Comércio continuarão a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, com a entrada em vigor do Aviso 8259/2015, passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis, sendo mensuradas pelo seu custo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e Recursos Naturais	
Edificios e outras construções	50
Equipamento Basico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros activos Fixos Tangiveis	4

3.3. Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultado do período.

3.4. Outros créditos e ativos não correntes

Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma

perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.5. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1, do art.º 10, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

Nestes termos Inválidos do Comercio, encontra-se isenta de IRC ao abrigo do Artigo transcrito.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição, dos anos de 2016 a 2019, ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Instituição adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Instituição detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes.

3.7. Créditos a receber (Clientes/Utentes e outros valores a receber)

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Outros ativos financeiros

Os Outros ativos financeiros são registados pelo seu justo valor determinado por avaliação anual. As variações do justo valor das barras de ouro são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado do período.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.10. Provisões

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.11. Fornecedores

As dívidas registadas em "*Fornecedores" e "Outras credores*" são contabilizadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.12. Rédito

O rédito traduz o valor das prestações de serviços e quotas de associados, sendo reconhecido nos seguintes momentos:

Prestação de Serviços - o rédito é reconhecido com referência ao mês da prestação de serviço.

Quotas de Associados - o rédito é reconhecido aquando do momento da divida.

3.13. Subsídios ao Investimento e Exploração

Os subsídios ao investimento são reconhecidos aquando do seu recebimento em Fundos Patrimoniais e são reflectivos no resultado conforme imputação de acordo com a depreciação do ativo gerado pelo investimento.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento das respostas sociais e os fins estatuários de Inválidos do Comercio, os mesmos reconhecidos em resultados no momento do seu recebimento.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020 e 2019, mostrando as adições, os abates, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo a 31/12/2019	Aumentos	Reduções	Abates	**Saldo a 31/12/2020**
Terrenos e recursos Naturais	3 074 355,91			1 898,47	3 072 457,44
Edifícios e Construções	19 056 855,22	1 130 224,79		8 666,93	20 178 413,08
Equipamento Básico	1 574 113,27	50 790,38			1 624 903,65
Equipamento de Transporte	211 052,08			5 300,00	205 752,08
Equipamento Administrativo	292 691,55	6 254,04			298 945,59
Outros activos Fixos Tangíveis	84 469,04	14 821,58			99 290,62
Imobilizações em Curso	673 665,42	464 538,60	979 095,00		159 109,02
Totais	**24 967 202,49**	**1 666 629,39**	**979 095,00**	**15 865,40**	**25 638 871,48**

Depreciações/ Amortizações

	Saldo a 31/12/2019	Aumentos	Abates	Saldo a 31/12/2020
Edifícios e Construções	7 820 350,84	475 407,30	2 118,21	8 293 639,93
Equipamento Básico	1 355 659,56	73 183,08		1 428 842,64
Equipamento de Transporte	163 445,40	16 191,57	5 300,00	174 336,97
Equipamento Administrativo	273 276,72	11 572,32		284 849,04
Outros activos Fixos Tangíveis	74 509,01	11 230,70		85 739,71
Totais	**9 687 241,53**	**587 584,97**	**7 418,21**	**10 267 408,29**

	Saldo a 31/12/2018	Aumentos	Reduções	Abates	Saldo a 31/12/2019
Terrenos e recursos Naturais	3.065.663,41	11.250,00		2.557,50	3.074.355,91
Edifícios e Construções	18.641.503,40	423.024,32		7.672,50	19.056.855,22
Equipamento Básico	1.511.431,66	82.601,26		19.919,65	1.574.113,27
Equipamento de Transporte	185.371,30	30.580,78		4.900,00	211.052,08
Equipamento Administrativo	282.587,02	10.834,85		730,32	292.691,55
Outros activos Fixos Tangíveis	62.395,68	20.654,37		181,01	82.869,04
Imobilizações em Curso	288.482,19	582.283,30	197.100,07		673.665,42
Totais	**24.037.434,66**	**1.161.228,88**	**197.100,07**	**35.960,98**	**24.965.602,49**

Depreciações/ Amortizações

	Saldo a 31/12/2018	Aumentos	Abates	Saldo a 31/12/2019
Edifícios e Construções	7.373.694,63	446.963,11	306,90	7.820.350,84
Equipamento Básico	1.288.782,75	66.876,81		1.355.659,56
Equipamento de Transporte	152.153,83	16.191,57	4.900,00	163.445,40
Equipamento Administrativo	256.893,85	16.382,87		273.276,72
Outros activos Fixos Tangíveis	59.425,75	13.483,26		72.909,01
Totais	**9.130.950,81**	**559.897,62**	**5.206,90**	**9.685.641,53**

Com a aplicação do novo normativo relativo às Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), em vigor a partir de 01.01.2016, as Propriedades de Investimento, passaram a ser reconhecidas como Ativos Fixos Tangíveis.

Aumento

O aumento divulgado em Edifícios e Construções foi proveniente da transferência de Investimentos em curso, que estando concluídos e passando a ser utilizados acrescem aos Ativos Fixos.

Abate

Venda de Imóveis:

- Imóvel na Reboleira (vivenda);

- Imóvel na Rua Arquitecto Cottinelli;

Venda de uma viatura Ford Focus

4.2. Bens do Património Histórico e Social

	Saldo a 31/12/2019	Aumentos	Reduções	Saldo a 31/12/2020
Moedas Antigas	1 235,35	0,00	0,00	1 235,35
Totais	**1 235,35**	**0,00**	**0,00**	**1 235,35**

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 2020, a Instituição detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

	Saldo a 31/12/2019	Aumentos	Reduções	Saldo a 31/12/2020
Títulos de participação	20 070,46	12 361,08	2 521,24	29 910,30
Totais	**20 070,46**	**12 361,08**	**2 521,24**	**29 910,30**

	Saldo a 31/12/2018	Aumentos	Reduções	Saldo a 31/12/2019
Títulos de participação	14 972,65	8 893,76	3 795,95	20 070,46
Totais	**14 972,65**	**8 893,76**	**3 795,95**	**20 070,46**

6. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

	Inventário a 31/12/2019	Compras	Consumos	Saldo a 31/12/2020
Matérias-primas	674,28	1 451,40	1 903,48	222,20
Matérias de Consumo	69 607,37	344 125,03	344 454,89	69 277,51
Mercadoria em trânsito	0,00			0,00
Totais	**70 281,65**	**345 576,43**	**346 358,37**	**69 499,71**

	Inventário a 31/12/2018	Compras	Consumos	Saldo a 31/12/2019
Matérias-primas	370,02	2 952,89	2 648,63	674,28
Matérias de Consumo	62 414,75	270 145,69	262 953,07	69 607,37
Mercadoria em trânsito	1 741,19		1 741,19	0,00
Totais	**64 525,96**	**273 098,58**	**267 342,89**	**70 281,65**

Sendo o Custo das Matérias Consumidas em 2019 de 267 342,89€ e em 2020 de 346 358,37€.

7. CRÉDITOS A RECEBER

Para os períodos de 2020 e 2019, a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

		Activo Corrente	
		2020	**2019**
		402 142,44	**303 433,70**
21111	Clientes	6 859,60	6 052,10
21171	Utentes Lar de Idosos	49 359,35	21 945,30
21173	Utentes Residências Vitalícias	11 608,83	2 040,26
21174	Utentes Creche	87,15	
219	Imparidade de Utentes	-13 632,94	
	Total de Clientes Utentes	**54 281,99**	**30 037,66**
228	Adiantamentos Fornecedores	**3 128,84**	**2 369,91**
232	Adiantamentos Pessoal	997,16	1 237,16
238	Outras Operações com Pessoal	7 858,86	5 552,40
2721	Devedores por acréscimo de Rendimento	10 941,40	21 492,24
27831	Devedores Diversos	1 706,29	0,00
27832	Rendas	323 227,90	242 744,33
27834	Devedores Imoveis		
	Total de Outras Contas a Receber	**344 731,61**	**271 026,13**
	Total de Créditos a Receber	**402 142,44**	**303 433,70**

Nos períodos de 2020 e 2019, foram registadas as seguintes "*Perdas por Imparidade*" de rendas e mensalidades a receber:

		2020	2019
6511	Imparidades de Dividas de Utentes	13 632,94	
6512	Imparidades de Dividas em Rendas	20 369,99	41 768,37
	Total	34 002,93	41 768,37

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

		2020	2019
24	**Estado e outros entes públicos**	**48 243,62**	**24 563,26**
243	IVA Reembolsos Solicitados	*48 243,62*	*24 563,26*

9. FUNDADORES /BENEFICIÁRIOS/ ASSOCIADOS

Por exigência da entidade que tutela as IPSS é necessário divulgar as quotas que se encontram em divida dos associados, tendo sido necessário efetuar um ajustamento ao valor em divida.

		Activo Corrente	
		2020	2019
26	**Associados**	**141 658,44**	**89 872,79**
2617	Quotas 2020	116 315,69	
2616	Quotas 2019	50 685,52	74 435,13
2615	Quotas 2018	27 209,96	30 875,32
2614	Quotas 2017	14 054,85	15 176,85
2613	Quotas 2016	5 665,56	6 318,96
2612	Quotas 2015	781,50	868,00
2611	Quotas anteriores a 2015		
269	Perdas de Imparidade	-73 054,64	-37 801,47

		2020	2019
65	Imparidade de Quotas a receber	39 218,69	29 911,66

Foi efetuado um reforço no valor de 39 218,69€ para provisionar a totalidade de Quotas em divida de anos anteriores a 2018 e também 50% do valor de quotas a receber de 2019.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

		Activo corrente	
		2020	**2019**
281	**Gastos a reconhecer**	**43 936,25**	**27 615,76**
2811	Seguros	30 475,80	22 740,43
2819	Outras Despesas com Custo Diferido	13 460,45	4 875,33

11. OUTROS ATIVOS

A Instituição detinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os seguintes investimentos:

		Activo corrente	
		2020	2019
1421	**Ativos financeiros**	**900 472,29**	**812 230,87**
14212	Obrigações e títulos	21 069,44	20 989,44
14213	Obrigações e títulos de participação	89 877,90	93 873,12
14218	Outras aplicações de Tesouraria	789 524,95	697 368,31

Encontrando-se divulgado ao justo valor.

Em "*Outras aplicações de Tesouraria*" onde se encontra registado barras em ouro.

A 31 de dezembro de 2020 o valor de 1 onça (31.103gr) tinha o valor de 1.541,113€ e a 31 de dezembro de 2019 encontrava-se valorizado a 1.355,706€.

Foi necessário efetuar um acréscimo do Justo Valor.

		2020	2019
7623	Aumento de Justo Valor	92 156,64	117 483,35

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

		2020	2019
11	Caixa	4 426,53	1 599,76
12	Depósitos à ordem	728 544,22	1 089 856,89
13	Outros depósitos bancários	6 400 000,00	6 930 000,00
Totais		**7 132 970,75**	**8 021 456,65**

13. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações durante os anos 2020 e 2019.

		31/12/2019	Aumentos	Diminuições	31/12/2020
51	**Fundos ***	**379 807,33**			**379 807,33**
55	**Reservas**	**3 003 225,39**			**3 003 225,39**
56	**Resultados transitados**	**10 704 250,34**		599 526,94	**10 104 723,40**
58	**Exdentes de Reavaliação**	**4 982 472,30**			**4 982 472,30**
59	**Outras variaç. nos fundos patrimoniais**	**3 748 439,59**		**5 787,11**	**3 908 004,74**
593	Subsídios*	201 574,23		5 787,11	195 787,12
5931	Subs.Seg.Social/Creche	199 500,00		4 750,00	194 750,00
5932	Subs.QREN/Paineis Solares	2 074,23		1 037,11	1 037,12
594	Doações	3 546 865,36	165 352,26		3 712 217,62

		31/12/2018	Aumentos	Diminuições	31/12/2019
51	**Fundos ***	**379 807,33**			**379 807,33**
55	**Reservas**	**3 003 225,39**			**3 003 225,39**
56	**Resultados transitados**	**6 336 850,13**	4 367 400,21		**10 704 250,34**
58	**Exdentes de Reavaliação**	**4 982 472,30**			**4 982 472,30**
59	**Outras variaç. nos fundos patrimoniais**	**3 754 226,70**		**5 787,11**	**3 748 439,59**
593	Subsídios*	207 361,34		5 787,11	201 574,23
5931	Subs.Seg.Social/Creche	204 250,00		4 750,00	199 500,00
5932	Subs.QREN/Paineis Solares	3 111,34		1 037,11	2 074,23
594	Doações	3 546 865,36			3 546 865,36

Variações relativas ao ano de 2020

Contas:

56

- Diminuição:

599 526,94€ Resultado de 2019

593

- Aumento: Herança do Utente Sr. António Santos

- Diminuição: Imputação do rendimento proporcional à amortização do imóvel afeto à Creche.

- Diminuição: Imputação do rendimento proporcional à amortização dos Painéis Solares.

		31-12-2020	31-12-2019
	Resultado Líquido do Período	-632 437,14	-599 526,94

14. PROVISÕES

Provisões

	Provisões 31/12/2019	Aumentos	Reduções	Provisões 31/12/2020
Rendas por cobrar Ano 2004 a 2006	6 313,71			6 313,71
Rendas por cobrar Ano 2007 a 2008	21 249,76			21 249,76

Rendas por cobrar Ano 2009	5 688,12			5 688,12
Rendas por cobrar Ano 2010	9 784,38		1 991,98	7 792,40
Rendas por cobrar Ano 2011	19 427,08		868,58	18 558,50
Rendas por cobrar Ano 2012	22 711,00			22 711,00
Rendas por cobrar Ano 2013	24 586,99			24 586,99
Rendas por cobrar Ano 2014	30 842,67		1 531,69	29 310,98
Rendas por cobrar Ano 2015	51 352,22		8 129,64	43 222,58
Rendas por cobrar Ano 2016	37 399,43		7 188,22	30 211,21
Rendas por cobrar Ano 2017	25 073,96		2 481,12	22 592,84
Rendas por cobrar Ano 2018	26 355,50		1 423,99	24 931,51
Rendas por cobrar Ano 2019	28 154,59	190,78		28 345,37
Rendas por cobrar Ano 2020		20 179,21		20 179,21
Totais	**308 939,41**	**20 369,99**	**23 615,22**	**305 694,18**

Aumentos: Total da dívida em rendas referente a anos anteriores a 2019, encontra-se totalmente provisionado. De 2020 estão provisionados os processos judiciais em curso.

Reduções: 20 163,99€, referente à anulação das rendas por já não existir forma de recuperar a dívida. E 3 451,23€ referente ao valor recuperado de dívida já provisionada como incobrável.

	Provisões 31/12/2018	Aumentos	Reduções	**Provisões 31/12/2019**
Rendas por cobrar Ano 2004 a 2006	6.487,14		173,43	6.313,71
Rendas por cobrar Ano 2007 a 2008	21.742,96		493,20	21.249,76
Rendas por cobrar Ano 2009	5.949,84		261,72	5.688,12
Rendas por cobrar Ano 2010	12.906,66		3.122,28	9.784,38
Rendas por cobrar Ano 2011	19.691,08		264,00	19.427,08
Rendas por cobrar Ano 2012	22.999,00		288,00	22.711,00
Rendas por cobrar Ano 2013	24.898,99		312,00	24.586,99
Rendas por cobrar Ano 2014	30.921,45		78,78	30.842,67

Rendas por cobrar Ano 2015	51.435,30		83,08	51.352,22
Rendas por cobrar Ano 2016	38.692,03		1.292,60	37.399,43
Rendas por cobrar Ano 2017	34.792,90		9.718,94	25.073,96
Rendas por cobrar Ano 2018	19.265,44	13.613,78	6.523,72	26.355,50
Rendas por cobrar Ano 2019		28.154,59		28.154,59
Totais	**289 782,79**	**41 768,37**	**22 611,75**	**308 939,41**

15. OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A rubrica "Outras Contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

		Passivo não corrente	
		2020	**2019**
27835	Utentes Valores à Guarda	436 821,23	528 929,28
	Total	**436 821,23**	**528 929,28**

Outras dividas a pagar em passivo não corrente são "Valores à Guarda" e "Espólios".

16. FORNECEDORES

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

	Passivo Corrente	
	2020	2019
Fornecedores	**696 514,14**	**659 795,10**
Fornecedores c/c	198 461,29	157 161,05
Fornecedores Imobilizado	498 052,85	502 634,05

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No Passivo a rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" é discriminado da seguinte forma:

		Passivo Corrente	
		2020	2019
24	**Estado e outros entes públicos**	**113 029,36**	**145 667,39**
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	***22 323,20***	***23 098,21***
2421	Sobre Rendimentos de Trabalho Dependente	19 989,00	19 967,00
2422	Sobre Rendimentos de Trabalho Independente	2 334,20	3 131,21
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	***8 096,43***	***39 128,68***
245	Contribuição para a Segurança Social	***81 648,65***	***82 751,66***
2451	Regime Geral	80 790,66	81 464,18
2452	Reformados	519,55	879,42
2453	Invalidez	338,44	408,06
248	Tributaç. Fundo Compensação	**961,08**	**688,84**

18. OUTRAS PASSIVOS CORRENTES

		Passivo Corrente	
		2020	2019
231	**Remunerações a pagar**	2 576,73	4 088,68
2721	**Acréscimos de Rendimentos**		
2722	**Credores por acréscimos de gastos**	**716 318,03**	**655 153,52**
27222	Remunerações a Liquidar	681 250,36	624 952,06
27229	Outras Despesas Diferidas	35 067,67	30 201,46
2782	**Consultores, Assessores**	**2 344,78**	**2 795,00**
27831	**Outros Credores**	**0,00**	**3 136,13**
27833	**Rendas Co-Proprietários**	**94 066,19**	**79 050,57**
27839	**Diversos**	**9 001,90**	**11 079,74**
	Totais	**824 307,63**	**755 303,64**

19. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

		Passivo corrente	
		2020	2019
282	**Rendimentos a reconhecer**	**19 369,78**	**33 418,62**
2822	Residências Vitalícias	0,00	12 518,99
2823	Quotas Anos Seguintes	3 350,15	3 913,50
2824	Mensalidade Agosto Creche/2021	16 019,63	16 986,13

20. RÉDITO

Para os períodos de 2020 e 2019, foram reconhecidos os seguintes Réditos:

		2020	2019
72	**Prestações de serviços**	**2 936 682,79**	**3 010 591,25**
721	**Mensalidades dos utilizadores**	**2 549 722,43**	**2 608 366,39**
7211	Creche	177 142,72	182 633,34
7214	Terceira Idade	2 360 060,72	2 391 614,43
72141	Lar Idosos	1 905 889,76	1 929 859,12
72142	Ala Residencial	454 170,96	461 755,31
7215	Residência Vitalícia	12 518,99	34 118,62
722	**Quotizações**	**363 482,36**	**367 942,36**
725	**Serviços secundários**	**23 478,00**	**34 282,50**

21. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

		2020	2019
75	**Subsídios, doações e legados à exploração ***	**1 717 858,74**	**1 597 377,04**
751	Acordo Coopera Seg Social e Subsídios IEFP	1 679 701,08	1 562 403,30
753	Doações e heranças	28 195,31	25 889,69
754	Legados	9 962,35	9 084,05

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

		2020	2019
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	**2 136 726,34**	**2 111 452,21**
621	Subcontratos	804 183,85	798 169,86
622	Serviços especializados	843 301,13	820 684,86
623	Materiais de Equipamento	12 826,30	18 705,51
624	Energia e Fluidos	382 838,84	358 401,76
625	Transportes com pessoal	2 272,27	3 688,32
626	Serviços diversos	91 303,95	111 801,90

23. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os Órgãos Sociais da Instituição Inválidos do Comercio não auferem qualquer remuneração, de acordo com os seus estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020, foi de 303 incluindo Trabalhadores Efectivos e com Contracto a Termo Certo e em 31/12/2019, foi de 290 que integra o Quadro de Pessoal, incluindo Trabalhadores Efectivos e com Contrato a Termo Certo.

Comparando com o ano anterior este acréscimo em Gastos com Pessoal, resulta não só do acréscimo de trabalhadores e Prestadores de Serviço como também de acréscimos salariais.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

		2020	2019
63	**Gastos com o pessoal**	**4 346 191,66**	**4 046 195,77**
632	Remunerações do pessoal	3 166 625,35	3 044 608,14
634	Indemnizações	20 893,68	18 560,89
635	Encargos sobre remunerações	751 604,14	714 337,36
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	80 828,73	78 083,07
638	Outros gastos com o pessoal	326 239,76	190 606,31

24. IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)

		2020	2019
6511	Imparidades de Utentes	13 632,94	
6512	Imparidades de Quotas a Receber	39 218,69	29 911,66
6513	Imparidades Rendas	20 369,99	41 768,37
	Perda	**73 221,62**	**71 680,03**
76	Quotas	542,02	1 396,03
	Reversão	542,02	1 396,03
	Total	**72 679,60**	**70 284,00**

25. JUSTO VALOR (AUMENTOS/REDUÇÕES)

		2020	2019
7623	Aumento de Justo Valor	92 156,64	117 483,35

Em 2020 foi refletido em resultado o aumento do justo valor das barras de ouro, conforme explicação da nota 11.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2020	2019
78	**Outros rendimentos e ganhos**	**2 236 624,19**	**1 884 583,67**
781	Rendimentos suplementares	**31 118,03**	**55 199,70**
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	**4 747,13**	**5 565,89**
783	Recuperação de dívidas a receber	**3 451,23**	**10 427,84**
784	Ganhos em inventários	**26 381,43**	
785	Resultado FLA	**110 200,00**	**94 400,00**
786	Valorização de Investimentos Financeiros	**80,00**	**8 579,48**
787	Rendimentos e ganhos em Invest não financeiros	**1 995 201,08**	**1 676 384,99**
7871	Alienações	254 707,93	34 973,45
7872	Sinistros	2 095,00	
7873	Rendas	1 730 698,98	1 632 664,43
7878	Outros rendimentos e ganhos	7 699,17	8 747,11
788	Outros *	**65 445,29**	**34 025,77**
7881	Correções relativas a períodos anteriores	58 397,16	25 958,61
7883	Imputação de subsídios para investimentos	5 787,11	5 787,11
7888	Outros não especificados	1 261,02	2 280,05

No ano 2020 em alienações encontra-se divulgado o valor da mais-valia de 254 707,93€, gerada pela venda dos seguintes imoveis:

- Vivenda Maria na Reboleira
- Imóvel na Rua Arquiteto Cottinelli

27. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2020	2019
68	**Outros gastos e perdas**	**148 107,27**	**186 181,77**
681	Impostos	3 062,06	2 227,88
686	Despesas Prédios de Rendimento	109 100,28	114 385,84
688	Outros *	35 944,93	69 568,05

28. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentam-se como se segue:

		2020	2019
64	**Gastos de depreciação e de amortização**	**587 168,56**	**559 744,17**
642	*Ativos fixos tangíveis*	*587 168,56*	*559 744,17*
6422	Edifícios e Outras Construções	474 990,89	446 809,66
6423	Equipamento Básico	73 183,08	66 876,81
6424	Equipamento de Transporte	16 191,57	16 191,57
6425	Ferramentas e Utensílios	11 230,70	13 483,26
6426	Equipamento Administrativo	11 572,32	16 382,87

29. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2020 e 2019, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

		2020	2019
69	**Gastos e perdas de financiamento**	**0,00**	**0,00**
691	Juros suportados		
	Total	0,00	0,00
79	**Juros, dividendos e outros rend similares**	**21 472,30**	**31 638,56**
791	Juros obtidos	18 147,36	28 314,76
792	Dividendos obtidos	3 324,94	3 323,80
	Total	21 472,30	31 638,56
	Resultados Financeiros	**21 472,30**	**31 638,56**

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

31. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas pela Direcção, em reunião realizada no dia 4 de março de 2021.

Lisboa, 04 de março de 2021

Contabilista Certificado

A Direcção

CONSELHO FISCAL

Tendo nos sido presentes, pela Direcção, para apreciação e parecer, os RELATÓRIO DE ATIVIDADES e CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020, bem como a respetiva certificação legal, a serem submetidos à Assembleia-Geral, convocada para o dia 27 de março, de 2021, emite-se, sobre os mesmos, em conformidade com o disposto nas alíneas b), do n.º 1, do art.º 30.º e c), do n.º 1 do art.º 40.º, do Estatuto, o seguinte:

PARECER

O RELATÓRIO DE ATIVIDADES enuncia, de forma discriminada, a atividade da Instituição, em 2020.

Dá nota:

a) dos constrangimentos, para a Instituição e sua atividade bem como para os utentes e quantos, no dia a dia, deram corpo à realização do objeto, emergentes da situação de pandemia, que desde março tudo condicionou;
b) das medidas tomadas com vista a garantir o funcionamento com condições de saúde adequadas;
c) dos encargos acrescidos emergentes da situação;
d) das realizações, em cada um dos setores e fundamenta e justifica opções e resultados, naturalmente traduzidos nas contas, no que tem tradução em termos económicos e financeiros.

Dá evidência a uma gestão rigorosa, apostando nos recursos humanos e na melhoria das infraestruturas, prosseguindo melhores condições para aqueles que acolhe, como utentes e para quantos nela estão envolvidos.

Das CONTAS DO EXERCICIO DE 2020 merece destaque, no Balanço, um aumento líquido dos *ativos fixos tangíveis*, de 91.502 € e um decréscimo no total dos valores ativos de 566.519 €, situando estes em 23.795.403 €.

Ao nível da Demonstração de Resultados, em termos económicos é de salientar que o total dos custos do exercício foi de 7.637.774 € e o total dos proveitos, foi de 7.005.337 €, donde resulta um resultado negativo de 632.437 €, fazendo-se notar que tal prejuízo, pelo menos em termos operacionais, vem na linha dos registados em anos anteriores.

Dos custos o peso mais significativo radica nas despesas com pessoal (4.346.192 €), que evidencia um acréscimo de 299.996 €, em relação ao ano anterior e nos fornecimentos e serviços externos (2.136.726 €), que evidenciam, também, um acréscimo em relação ao ano anterior de 25.274 €.

Relativamente aos proveitos há a salientar que se mantêm em linha com o orçamentado, tendo como contributo mais significativo, para além da exploração, o montante de 2.236.624 €, relativo a "outros rendimentos ou ganhos", fundamentalmente rendas recebidas.

O que antecede, sem perder de vista o escopo da Instituição, reitera-se, faz suscitar, no entender do Conselho Fiscal, a necessidade de adoção de medidas urgentes conducentes ao equilíbrio da exploração.

O relatório termina com várias propostas, em que o Conselho Fiscal se louva, salientando a de transferência do resultado do exercício para a conta de resultados transitados.

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Instituição, realizando as amostragens consideradas pertinentes e obteve da Direção o pronto esclarecimento das questões suscitadas.

O Conselho Fiscal considerou, ainda, a Certificação Legal de Contas, que não aponta desconformidades.

PROPOSTAS

Tendo presente quanto antecede, o Conselho Fiscal, entende que é de aprovar:

a. os "RELATÓRIO DE ATIVIDADES e CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020", elaborados pela Direção;
b. as propostas da Direção, constantes do RELATÓRIO DE ATIVIDADES e, designadamente, a de transferência do Resultado do Exercício para a conta de Resultados Transitados;
c. um voto de louvor a quantos, de forma ativa, se empenharam para assegurar as especiais respostas exigidas à Instituição no ano de 2020, e, em especial, à Direção, salientando a forma abnegada como impulsionou a resposta à pandemia.

Lisboa, 16.03.2021

O CONSELHO FISCAL

O Presidente:

(João Gonçalves Pinto)

O Vice-Presidente:

(Carlos Silva Santos)

O Secretário:

(Manuel Alberto da Silva Verdugo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **"Inválidos do Comércio"**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 24 142 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 21 746 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 632 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração da alteração dos fundos próprios, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

1/3

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

SROC n.º 116 * Rua D. João de Castro 71/C - 4º Dt.º - Apartado 148 * 2334-909 ENTRONCAMENTO
NIPC 503 109 797 * Tel. +351 249 720 080 * Fax +351 249 720 089 * Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da Direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório da Direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 4 de Março de 2021

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645)

SROC n.º 116 * Rua D. João de Castro 71/C - 4º Dt.º - Apartado 148 * 2334-909 ENTRONCAMENTO
NIPC 503 109 797 * Tel. +351 249 720 080 * Fax +351 249 720 089 * Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com

Depósito legal36236/90

Rua Alexandre Ferreira, 48A, 1769-007 Lisboa
Telefone: 217542120 - Mail: *ipss@invalidos.org*
Web: www.invalidos.org